



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JOSÉ POLICE NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 11-11-15

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Presente o Vereador Jair Tutto, relator do Orçamento da Secretaria Municipal de Coordenação de Subprefeituras e das 32 Subprefeituras, declaro abertos os trabalhos da 32ª Audiência Pública do ano de 2015, a 6ª Audiência Pública Temática ao PL 538/2015.

Na manhã de hoje, trataremos do Orçamento proposto para a Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras e para as Subprefeituras de Brasilândia, Perus, Pirituba/Jaraguá, Butantã, Lapa, Pinheiros, Sé, Ipiranga, Jabaquara, Santo Amaro, Vila Mariana, Campo Limpo, Capela do Socorro, Cidade Ademar, M'Boi Mirim e Parelheiros.

Faremos a audiência pública com o Secretário Municipal de Coordenação de Subprefeituras, Luiz Antonio de Medeiros Neto, com o Superintendente das Usinas de Asfalto, Engenheiro Marcelo Bruni, e com o Secretário Adjunto, José Rubens Domingues Filho, e equipe que o acompanha, que já estão aqui presentes.

Para compor a mesa, chamo o Sr. Bruni e o Sr. José Rubens, Secretário Adjunto de Coordenação das Subprefeituras.

Informo que a reunião está sendo transmitida no portal da Câmara Municipal de São Paulo, endereço www.camara.sp.gov.br, link auditórios online.

A íntegra desta audiência pública estará disponível para o público em geral no portal da Câmara Municipal de São Paulo, endereço www.camara.sp.gov.br, links Atividade legislativas, Audiências públicas, com o registro escrito.

Para que fique clara a dinâmica do nosso trabalho, suspendo a audiência pública para informar a nossos convidados os procedimentos que serão adotados nessa audiência pública. Retornaremos em cinco minutos.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

- Suspensão.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Vamos retomar nossos trabalhos e

apresentar como realizaremos nossa atividade desta manhã. Receberemos na manhã de hoje os subprefeitos da zona Sul, da região Central, da região Oeste e da região Noroeste, deixando para quarta da semana que vem, todas as subprefeituras da região Leste, e, portanto, no dia de hoje, teremos, após, o nosso Secretário, a oportunidade de dialogar e debater o Orçamento do Exercício de 2016, com 16 Subprefeitos no dia de hoje.

Toda essa elaboração foi feita pelo relator da Secretaria de Coordenação de Subs e Subprefeituras, nobre Vereador Jair Tatto, do Partido dos Trabalhadores. Concederemos ao Secretário e Equipe, assim como ao Superintendente da Usina, até 20 minutos, para que faça a apresentação do Orçamento do ano que vem. Pode realizar dados comparativos com o Orçamento em execução desse ano, assim como, com os exercícios anteriores, para que todos aqueles que nos acompanham tenham a noção da atividade e dos programas, portanto, para objetos e atividades que são realizados pela Secretaria. Sejam aqueles oneram despesas de custeio, sejam aqueles que trabalham com despesas de capital, portanto, investimentos.

Nesse momento passo a palavra ao Sr. Secretario, para saudação inicial. Agradeço a Secretaria como um todo, a equipe toda aqui presente, pelo fato de ter aceitado a nossa sugestão de iniciar o dia de hoje, desde as 8 hs. da manhã, com essa audiência pública, algo que não é normal nesta Casa, que historicamente as atividades começam as 9hs, mas, como é muito importante esse tema, preferimos alargar o tempo, começando mais cedo. Diz a boa lenda, que cedo madruga, consegue atingir seus objetivos.

Com a palavra o Sr. Secretário Luiz Antonio de Medeiros Neto.

O SR. LUIZ ANTONIO DE MEDEIROS NETO – Obrigado nobre Vereador José Police Neto; obrigado nobre Vereador Jair Tatto, por ter nos convidado para discutirmos o nosso Orçamento, cumprimento, em nome do nobre Vereador, todos os demais Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, todos os técnicos presentes. Estamos aqui com o nosso José Rubens, Secretário Adjunto, e Marcelo Bruni, que é o nosso Chefe da Spua e estamos com outros técnicos aqui totalmente à disposição, na medida e em que, o nosso conhecimento

técnico, fazer as exposições. Trouxemos o conjunto do nosso orçamento, no que diz respeito a gabinetes, superintendência, a Spua zeladoria, administração e também sobre subprefeituras.

Vou pedir ao José Rubens que é o nosso Secretário Adjunto, e depois ao Marcelo, que fizesse a explanação principal. Obrigado!

O SR. JOSÉ RUBENS – Bom a todos. Trouxemos aqui uma exposição que vai tratar dos detalhes do Orçamento da Secretaria, conforme o Secretário Medeiros, abriu a reunião, é composto pelo orçamento do conjunto das 32 subprefeituras, do gabinete e da Spua. Um quadro inicial, para o gabinete, para o ano que vem, previsto 503 milhões, 566, 233, na Spua 151 milhões, 452 mil 991; e Subprefeituras Um bi, 113 milhões, 631, 511. De modo comparativo, houve no gabinete, um aumento, em relação ano passado, mas isso se deve ao acréscimo da previsão do programa de pavimentação que vamos tratar ao longo da exposição.

Aqui o detalhamento do gabinete. Temos todos os itens que compõem o Orçamento de 503 milhões. Como eu disse, inserido o programa de recape. Não sei se os senhores querem debater ponto a ponto, pode fazer uma passagem geral.

Próximo slide. Aqui um dado comparativo do orçamento em relação a 2012, 2013, 2014, 15, 16. Evolução da zeladoria. Acredito que esse é um tema que podemos nos debruçar ao longo dos debates. Questão do recape, depois o nosso superintendente vai entrar em detalhes. A evolução do Orçamento de áreas de risco. Agora o orçamento Spua, também tem detalhado a implementação da Usina, operação e manutenção. Manutenção de vias e áreas públicas, conservação de áreas verdes, manutenção do sistema do sistema de drenagem, perfuração de obras e artes especiais. São os itens que se compõe o Orçamento de 151 milhões na Spua. Novamente, o quadro geral do gabinete, as divisões, das atividades 303 milhões, projetos, Spua e pessoal.

Novamente aqui o quadro de zeladoria da Spua, também evolução, previsto para 2016, um acréscimo de orçamento. Execução orçamentária 2015, também, a evolução do gabinete Spua. Subprefeituras, atividades e projetos, mais detalhados, item por item. Essa

apresentação, vamos deixar de modo digital e impresso.

Aqui o detalhamento da atividade e projeto por subprefeituras. E o quadro por subprefeitura de atividades e projetos. Aqui o quadro por subprefeituras, pessoal e auxílios, e o quadro resumo, também dos investimentos por subprefeitura. Houve um aumento geral em zeladoria de 3%, é um aumento pequeno, mas é um aumento. Mesma coisa, execução orçamentária 2015, as subprefeituras, aqui o percentual de execução orçamentária por subprefeituras que também pode ser objeto de debates. De uma forma geral, trouxemos é isso. Na verdade, são todos os quadros em resumos, Sr. Presidente, Secretário Medeiros e nobre Vereador Jair Tatto, estão aqui os dados comparativos e detalhados das subprefeituras do gabinete e da Spua. De uma forma geral esse é o orçamento, A equipe está aqui, a Fabiana, nossa Coordenadora de Finanças, a Adriana Paleta, Chefe de Gabinete, o Glaucio que assessora, Spua e Adriana Paleta, Chefe da Engenharia das Subprefeituras, mais assessoria. Estamos à disposição para expor em detalhes, debater, informar essa Casa, todos os detalhes orçamento.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Com a palavra o nobre Vereador Jair Tatto, relator.

O SR. JAIR TATTO – Agradeço a presença do Sr. Sr.Secretario, Luiz Antonio Medeiros; do José Rubens; nosso querido coordenador de Spua, Marcelo Bruni; Adriana Paleta, e colocar, o grande desafio, que é a questão da descentralização de recursos, defesa unânime nessa Casa. No que diz respeito ao orçamento geral, percebo e ai em forma de perguntas, questionamentos, ao Secretário e ao Secretário Adjunto, percebo um crescimento no orçamento geral da Secretaria e uma redução no orçamento geral das subprefeituras. O que me chama atenção, talvez o que alavancou isso, foi esse aporte de 180 milhões que é a questão da Recape, isso que não constava no orçamento anterior. Fora o orçamento de Spua que está em 151 milhões.

Interpretar, como se deu isso. Não é a mesma pasta. Não é a mesma

Superintendência. Gostaria de ter um entendimento sobre isso.

Outro ponto é: nesses quase três anos que pertenço a esta Comissão, não consegui ainda perceber o critério adotado para a distribuição de recursos. Tenho entendido que é uma tradição e ela vai seguindo. Então, em determinados momentos aquela Subprefeitura deu uma alavancada e a partir daí, via de regra, diminuir não faz bem a ninguém. É isso? Esse é um erro histórico cometido.

Necessariamente, nunca houve um critério definido por área, por IDH, apesar do esforço da Secretária Leda Paulani, e por população. Esse é o grande desafio.

A princípio era isso que queria entender. Qual o critério que poderíamos adotar para distribuir esses recursos, esse crescimento, essa separação do que é Spua e do que é recapeamento. A Usina de Asfalto é a mesma, não é isso? A massa sai do mesmo local. E essa diferença entre essa diminuição dos orçamentos das Subprefeituras.

Temos de tratar o Orçamento baseado naquilo que é orçado. Sem querer antecipar a resposta dos senhores, mas poderei ouvir que no ano passado tivemos um valor liquidado bem superior ao orçado, evidente, devido às emendas parlamentares e às receitas que vêm de fora.

Em geral é isso. Entender um pouco desse Orçamento. Não tenho, por natureza, discutir rubrica por rubrica. Gosto de tratar de maneira mais geral.

A princípio, Sr. Presidente, são esses questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vou passar a palavra aos Srs. Secretários e Superintendente para as respostas e, depois, voltamos aos questionamentos dos Srs. Vereadores.

O SR. SECRETÁRIO - Vereador Jair e Presidente Police Neto, na verdade, é um Orçamento que é tratado de modo conjunto. Trabalhamos esse Orçamento a partir de um plano-base oferecido pela Secretaria de Finanças.

A Secretaria e a Usina são unidades orçamentárias separadas, mas que trabalham

sob a mesma coordenação. Então, com relação ao primeiro questionamento, trabalhamos com esse plano oferecido por Finanças, que já vem com uma proposta de divisão por Subprefeituras.

Na Spua, há uma previsão, para o ano que vem, de um aumento de Orçamento, que é bom para a Cidade. A ideia inicial que veio de Finanças é trabalhar com um teto de 180 milhões. Existe um plano de Recap, depois o Marcelo Bruni vai falar com mais detalhes, mas existe um plano que está sendo debatido na Spua, debatido também com o suporte dos técnicos de Atos(?), enfim, em conjunto com as 32 Subprefeituras que levam em consideração o déficit de pavimento, de urbanização. Isso invariavelmente favorece, além do minianel viário, as Subprefeituras que estão mais longe da Cidade.

De maneira geral, Vereador, essa é a nossa resposta. Não sei se o Bruni quer complementar algo em relação à Usina.

O SR. MARCELO BRUNI - Pois não. Bom dia. Respondendo ao Vereador Jair Tatto, a Spua conceitualmente é a Subprefeitura do minianel viário, composto pelas Marginais e pelo eixo Bandeirantes, Salim Farah Maluf, Juntas Provisórias e outros.

Nesse espaço condensam-se todas as atividades que existem nas outras Subprefeituras de zeladoria basicamente. O próprio Tapa-Buracos, a zeladoria dos canteiros centrais, das alças de acesso e isso envolve poda de grama, envolve desentupimento de drenagem, microdrenagem, envolve pequenas obras dentro desse espaço.

Também, Vereador, a usina atende as necessidades extraordinárias e eventuais das Subprefeituras em casos de pontuais: alguma ação que a Subprefeitura precisa, a usina tem um pouco mais de recurso que pode aportar, temporariamente, para essa ação ser feita, no caso de algum desfazimento em situação de emergência em área de risco. A usina tem um pouco mais de meios e consegue, temporariamente, suprir as Subprefeituras nessas horas.

Nosso orçamento, esse ano, recebeu – a proposta –, um aumento em relação ao de 2015, de três e poucos por cento. É o nosso desafio para manter a unidade funcionando com

esse aumento que pode ser considerado até – e sabemos – abaixo dos níveis de inflação setorial que envolve, principalmente, derivado de petróleo, que sobe não só com o câmbio, mas também com a variação internacional do preço, e isso reflete-se imediatamente nos custos do nosso produto lá que é o asfalto e que abastece toda a Operação Tapa Buraco na Cidade toda, nas 32 Subprefeituras.

Temos o desafio ainda de fazer uma racionalização desse curso de produção e manter a unidade funcionando de maneira, cada vez mais, eficiente.

Quando ao recapeamento, é uma conta separada, não é diretamente da usina. É uma conta do gabinete e vai destinando os recursos à medida que os projetos forem se apresentando como necessários.

O SR. JAIR TATTO - Se o senhor me permite, no ano passado não tinha esse recurso no orçamento. Nós estamos trabalhando com 180 milhões. Por que essa quantidade significativa de recurso, essa diferença de um ano para o outro, no item recapeamento.

O SR._____ - No ano passado, para esse ano de 2015, foi destinado – eu ainda não estava na gestão – 30 milhões. Conseguiu-se uma suplementação de aproximadamente mais 25 milhões. Esse ano, a usina, que tem o encargo de fazer o recapeamento, realizou aproximadamente R\$ 56 milhões de recapeamento.

Esse ano a previsão é de 180 milhões, Vereador. A demanda em relação a recapeamento é muito grande no sentido de que o pavimento da cidade de São Paulo – 17 mil quilômetros, é um patrimônio -e que podemos imaginar a um custo de reposição desse patrimônio, de aproximadamente R\$ 80 bilhões. Então ter uma verba de 180 milhões para se manter um patrimônio de 80 bilhões chega a ser, quer dizer, é bem pequeno mesmo.

Temos um estudo só para recuperação das marginais – para deixá-las em condições – que chega a R\$ 145 milhões, consumiria quase que o total dessa verba. Estou pedindo para que sejam modulados esses valores, para que tenhamos condições de fazer pacotes parciais nesse valor, mas é o que precisamos só nas marginais. Bem, marginais e o

restante do anel viário.

Cada vez que se adia o investimento na manutenção preventiva, na manutenção diária do pavimento, Vereador, nós aumentamos o valor da intervenção necessária adiante. Aumenta porque o pavimento vai envelhecendo mais e também porque alguma área em que nós adiamos a manutenção preventiva – que custaria, vamos dizer, R\$ 100,00 o metro quadrado – se ficar adiada muito tempo, as camadas inferiores do pavimento serão atingidas e essa intervenção que era de R\$ 100,00 passa a custar R\$ 300,00. Então é algo muito sério mesmo. O recapeamento é, enfim, todas as atividades de manutenção de pavimento merecem uma atenção bem focada, porque, como eu disse, é um patrimônio de R\$ 80 bilhões que a Cidade tem de manter.

P - Percebo que a Operação Delegada é um recurso colocado ali e que já, necessariamente, não cabe mais a vocês esse aporte de recursos. Estou identificando, um pouco, da onde eu percebo um crescimento na manutenção de áreas verdes e eu diria que um plano grande, então, de recapeamento para a cidade de São Paulo no próximo ano.

E isso também de uma maneira centralizada porque nós temos só a usina de asfalto, hoje, de SPUA. Parelheiros não voltou a funcionar?

R – Não.

P – É centralizado tudo ali na Barra Funda?

R – É.

P – Por que não voltou a funcionar a de Parelheiros? Diminuiria bem o custo, a operacionalidade.

R – Nós estamos até com o desafio. A usina, por força de um termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público, a usina teria até que deixar de funcionar na Barra Funda. O terreno já foi – nosso terreno são 17 mil metros quadrados – já foi disponibilizado pela Prefeitura para, na verdade, nem é mais da Secretaria, foi passado para a Cohab que vai oferecer ao Governo do Estado, numa Parceria Público Privada, para construção de unidade

habitacional, ali.

Além da questão ambiental que nos faz ter de estudar a remoção da usina dali, nós temos esse desafio, quer dizer, já foi destinado. E a rigor, Vereador, um terreno de 17 mil metros quadrados, na Barra Funda, que virou uma zona central, os vizinhos lá possuem apartamentos de R\$ 20 mil o metro quadrado e a Prefeitura está com sua fabriquinha de asfalto. Isso, claro, a Cidade evoluiu e cabe, realmente, a avaliação do custo de oportunidade para a gestão manter esse tipo de atividade ali. O que isso custa em termos de poder ser destinado a outra política pública de habitação, de lazer, de qualquer outra atividade que não seja a produção de asfalto.

A usina é a única fabriquinha da Prefeitura. A Prefeitura não faz um palito, quem faz alguma coisa, ou seja, uma fabricação que passa por um processo de transformação de matéria prima em produto acabado somos nós ali. É um desafio manter aquilo.

Existem hoje possibilidades de fornecimento por terceiros, mas nós temos muita vontade de manter uma produção reguladora de preço, Vereador. Isso pode ser fornecido de uma maneira em que a logística seja de uma maneira favorecida, tipo nós forneceremos o asfalto para as Subprefeituras, descentralizadamente, mas, ao mesmo tempo, nos expõe às forças do mercado que, certamente, vai usar das margens disponíveis para vender o seu produto com maior lucro possível.

Se a Prefeitura conseguir manter uma produção reguladora em que possamos, eventualmente, em alguma majoração extraordinária do preço do asfalto usado diariamente – 750 toneladas diárias nas Operações Tapa Buraco da Cidade -, e se pudermos deixar o mercado ciente de que em qualquer eventual majoração conseguirmos fornecer o nosso próprio asfalto seria muito interessante. É um desafio em que estamos debruçados para que consigamos vencer.

P – Muito bem. Tenho mais alguns questionamentos.

A Defesa Civil acaba praticamente na gestão? Ou transferiu para outra gestão?.

Porque, tanto no monitoramento da operação de emergência reduz 70% e operação e manutenção Defesa Civil 90%.

O SR._____ - Vereador, houve uma diminuição do custeio por conta de uma mudança da logística de veículos da Defesa Civil. Anteriormente, esses carros eram locados. Houve uma cessão da frota por parte da GCM, então houve uma previsão, para o que ano que vem, de que haja uma diminuição do custo disso, ficando para a Administração o custeio do combustível.

Então, essa redução dos valores deve-se à mudança da logística dos carros e da frota da Defesa Civil.

- Manifestação fora do microfone.

O SR._____ - Ah, e também houve o corte do motolink. Não houve a previsão.

- Manifestação fora do microfone.

O SR._____ - Não houve a previsão do motolink.

Houve uma opção de contenção de recursos e não usar essa ferramenta, na medida em que o monitoramento está ajustado, além da equipe da Defesa Civil, com a Coordenação das 32 equipes espalhadas nas Subprefeituras. Então, houve esse ajuste.

P – A gente não conseguiu identificar esses 180 milhões, o que cada Subprefeitura tem direito? Estou entendendo que há uma necessidade geral da Cidade, as marginais ficam por conta da Secretaria, é isso?

R – Exatamente, da Secretaria.

P – Então, a gente não consegue distribuir por Subprefeitura, baseado nesse formato de orçamento. Eu não consigo pegar aqui e dizer: a Capela do Socorro, que tem uma área extraordinária, vai ter “x” por cento desse valor.

R – Não tem um valor de distribuição específico da verba pelas Subprefeituras. O que existe é uma priorização que, anualmente, se pede ao Subprefeito que conhece a

demandas do território e as forças políticas locais – políticas no sentido público e não, eleitoral – e nos fornece, anualmente, para a previsão do ano seguinte, para atuarmos no território a partir da priorização que a Subprefeitura nos envia.

Evidente que cabe muita sensibilidade da Secretaria, e para fazer a distribuição, Vereador, tem, também, uma lógica, se eu fizer uma via coletora somente na ponta, e o restante dessa via, quando ela passa pelo território de outra Subprefeitura, não for feita, é a mesma coisa que não fazer, entende?

P – Eu conheço essa história. Daí o Prefeito briga com o Secretário.

R – Então, se a gente faz o fim da Avenida Belmira Marim, quando ela está lá em M'Boi, mas, quando ela passa pela Capela do Socorro, se não for feita, o gargalo permanece.

P – A nossa Marginal pega cerca de sete Subprefeituras.

R – Pois é.

P – Então, é essa a dificuldade, não é?

R – São 48 quilômetros.

P – Eu só não quero mais, Sr. Presidente, e o Relator não está aqui, não suporto mais o orçamento quando vem carregado de emendas parlamentares. Eu gosto que tenham emendas, mas não que elas fiquem colocadas aqui e que a gente justifique um aporte extraordinário baseado em emendas parlamentares. Principalmente, na Secretaria de Subprefeituras que comporta maior número de recursos, porque você vai trabalhar com 165 milhões a mais no orçamento, e eu não tenho esse entendimento. Esse valor tem que ser separado.

Pode falar, Sr. Secretário.

R – A nossa experiência, o que tenho observado aqui, que além de tratar das marginais a SPUA atua como um braço executivo do gabinete do Prefeito e do nosso gabinete.

Ontem, nós precisamos socorrer uma Subprefeitura, onde tínhamos que fazer um tapa-buracos, porque, se não, o carro que leva as crianças do transporte não podia trafegar de

tanto buraco que tinha naquela região de São Paulo. Era esgoto... Era horrível a situação... então, tivemos que fazer uma intervenção imediata.

Quer dizer, em uma semana, aquela região vai mudar, graças ao trabalho da SPUA com a Subprefeitura local.

O mesmo acontece com a zona Sul, zona Leste e Oeste. Quer dizer, grandes emergências na Cidade têm sido supridas, graças ao trabalho da SPUA.

P – Sr. Presidente, por enquanto, são essas as questões.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Deixa eu ajudar um pouquinho esse debate e jogar um pouquinho, como diz o dito popular, lenha na fogueira.

O novo orçamento das Subprefeituras traz um programa novo que acho muito interessante: manutenção e requalificação de 120 quilômetros – novo que falo no sentido da execução – porque ele traz o Polo Eco Turístico de São Paulo. Ele distribui um valor de mil reais para a Subprefeitura de Parelheiros, não abrindo rubrica orçamentária para nenhuma outra Sub, o que impedirá realizarmos nessas outras Subs, como se não tivessem ruas de terra, por exemplo, em Perus. Estaremos impedidos de fazer em Perus na medida em que não abrimos o dispositivo orçamentário.

Eu pergunto se existe algum problema de distribuirmos para aquelas Subprefeituras que têm ruas de terra o mesmo dispositivo que foi oportunizado para a Subprefeitura de Parelheiros.

Não me parece que o morador de Parelheiros seja mais importante que o morador da minha Perus. E, portanto, quero concordar com o Vereador Jair Tatto, que tem uma forte ascendência junto com o Vereador Alfredinho em Parelheiros, mas também tem uma forte ascendência em Perus, e os eleitores do Vereador Tatto em Perus são aqueles que estão nas ruas de terra, os meus estão para lá da rua de terra.

Só para entender se a gente pode abrir os dispositivos para esses 120 quilômetros de vias rurais na medida em que temos vias rurais fora de Parelheiros, e não me parece

adequado insistirmos na tese de que só Parelheiros é rural, tem produção rural ou merece uma atenção do Chefe do Executivo.

Então, temos que compreender essa distribuição dinâmica que a Cidade tem, portanto, o respeito às diferenças.

Essa é só uma primeira lógica que eu queria trazer.

A outra preocupação é a seguinte: a partir deste ano, a Operação Delegada deixou de fazer parte da estrutura que onerava a Coordenação Sub, mas a gente sabe muito bem que tem uma importância fundamental a relação do nosso efetivo civil, com o efetivo militar que pagamos para ampliar as rondas ostensivas, que chegaram a ter quatro vezes mais o orçamento que temos hoje.

Hoje, temos um quarto do orçamento que tivemos no período do Prefeito Kassab. Acho que fica claro o resultado que isso tem nas ruas: os índices de furto e roubo em São Paulo, absolutamente, explodiram.

Podemos dizer que é um pouco por incapacidade de gestão do Governo, que a Secretaria de Estado ainda não tomou as rédeas daquele processo na troca do Secretário, mas me parece que tem uma decisão do Município que é, a cada vez mais, estar mais distante daquilo que protege o cidadão.

Para que não pareça que a Operação Delegada se põe um recurso para dizer que tem mas que não gera nenhum benefício, nós chegamos a ter 250 milhões de reais nessa atividade no ano de 2006; no ano de 2014, nós liquidamos 62 milhões. Então, estamos próximos de 20 ou 22%.

A pergunta é: qual a relação que o nosso corpo civil da Subprefeitura vem mantendo com essa distribuição dos quadros que é absolutamente importante para a tarefa atípica que os Subprefeitos têm, em especial, em áreas de comércio, onde se tem a incidência de furto e roubo com muita intensidade?

Lembrando que essa foi uma das características que acabou dando muita força

para o Poder Público local. Este, quando está ancorado pelas rondas ostensivas, portanto, ele dialoga a fórmula de proteção da sociedade que ele atende, na poda, no tapa-buraco, na manutenção, no asseio daquela região, ganha muita força.

Queria entender, depois, desse ano que se tirou de lá e projetado para o ano que vem, o que a gente está imaginando. Quer dizer, qual é essa relação e como ela vai ser mantida?

Tem duas outras questões que trabalham na contraposição.

A gente enxerga muita disparidade em dois itens que não são por conta da estrutura formal que as Subprefeituras têm que bancar. Muitas áreas que são alugadas, muitas vezes, pelas Subprefeituras ou um volume de quadros de funcionários que é diferente de Subprefeitura para Subprefeitura, portanto, a função meio onera as Subprefeituras de maneiras distintas, e eu não consigo reduzir essas distâncias.

Mas têm questões em que a gente pode reduzir as distâncias daquelas que menos têm para aquelas que mais têm.

Como invisto na gestão democrática e, portanto, o quanto dou estrutura para o conselho participativo atuar no território e o quanto aquilo, que é ação desse conselho participativo, na construção dos planos de obras se materializa no Orçamento. Quando olhamos a disparidade da construção orçamentária desses dois itens nos causa perplexidade. Tornarei a falar do território que conheço e atuo.

Mantidos os 750 mil reais para o plano de obras de Perus, o Subprefeito vai uma vez a cada 15 dias na Sub, não precisa mais do que isso, pois ele não terá o que fazer. Estou falando aqui para gastarmos menos. Vai gastar menos combustível do carro, que buscará o Subprefeito na sua casa e levá-lo a Perus, já que não é morador daquele território. Podemos também estabelecer uma escala de rotação dos coordenadores, que poderão ir à Sub de dez em dez dias, tornando, assim, a administração eficiente, eficaz e efetiva à medida que não se gasta com o que não tem o que fazer. Ele gasta 750 mil reais em dois meses.

Então, qual a minha preocupação? O Sr. Prefeito foi muito competente ao realizar uma intensa renegociação da dívida. Abriu, para o ano que vem, dois bilhões de reais, um pouco mais do que isso, 2,3 bilhões: 1,1 bilhão para depósitos judiciais deste ano e 1,2 bilhão que deixará de pagar o ano que vem. Os depósitos judiciais voltam para o nosso Orçamento e o que deixa de pagar passa a ser recurso passível de utilização.

O Sr. Prefeito ainda tem duas fontes ordinárias e regulares de recurso: uma é o PPI e o PRD, dois programas de parcelamento de débitos e parcelamentos incentivados que, segundo a avaliação do Secretário, produzirá também mais um bilhão. E operações urbanas, que devem produzir, segundo informação do Executivo, mais 1,4 bilhão. São todos recursos que não temos esse ano.

Por que a Secretaria e a Subprefeitura não recebem parte desse recurso? O Sr. Prefeito não gosta do senhor? Não gosta de nós, que estamos atuando na base? Qual é o motivo de o Sr. Prefeito ser tão malvado com vocês e conosco, que atuamos na periferia? Estou falando com a certeza de que talvez não seja o Sr. Prefeito. Talvez seja a insensibilidade do gabinete que assumiu essa nobre tarefa de produzir o Orçamento e que, entendendo a competência técnica enquanto auditor fiscal – e aqui quero referenciar o Ceron – mas, duvido que o Ceron, alguma vez, foi andar em Parelheiros ou em Perus. Portanto, entendendo a dificuldade do auditor fiscal, como o meu pai. É diferente, o meu pai fazia mutirão na época do Covas e conhecia a periferia inteira, mas não me lembro de ter visto o Ceron e a equipe dele de auditores passeando na periferia. Ou então, vamos pedir para o Ceron montar um plano para os subprefeitos e as equipes das subprefeituras para economizar. Eles trabalham somente no mês de janeiro no primeiro semestre. Realizam todos os procedimentos necessários de empenho das verbas de custeio, aquelas que acontecerão durante o ano inteiro, assim que liberar as cotas. Voltam em julho, quando liberar o recurso, que vai ser congelado, que são exatamente esses 750 mil reais que há. Aí, ele faz o acionamento da Ata e volta em dezembro para apagar a luz. Trabalhará dois meses e economizaremos dez meses

do trabalho de todos. Haverá mais dinheiro para investir e todos ficarão mais felizes.

Estou falando isso porque depois do esforço que o Sr. Prefeito fez para liberar recurso da renegociação da dívida para colocar três operações urbanas, que estão nas regiões centrais, que estão mais oneradas do que o recurso da Sub. Os recursos da Sub continuam onerando as subprefeituras que têm recurso direto das operações urbanas.

Falo isso porque essa reflexão é absolutamente necessária, porque senão continuamos com o cachimbo que entortou a boca nos governos, que só observaram a região central. Normalmente, eram os governos mais conservadores e podíamos dizer que o Kassab foi um prefeito conservador. Mas, não apresentou nos anos em que esteve na administração algo assim.

Salta aos olhos, tendo mais de quatro bilhões de oportunidades, o Prefeito Haddad, do Partido dos Trabalhadores, impor uma derrota desse tamanho à gestão democrática dos conselheiros tutelares e aquilo que eles vêm produzindo. São os planos de obras. Desculpem, falei conselhos tutelares, mas quis dizer conselhos participativos. Conselhos tutelares são aqueles que não conseguimos fazer eleição. Sabemos que o Brasil inteiro fez eleição no dia 4 de outubro e a cidade de São Paulo foi a única a apresentar uma absoluta incompetência.

E vou dizer mais, a eleição é no domingo. Não sabemos onde será a apuração, não sabemos ainda qual sistema rodará a eleição. Não sabemos quem está fazendo o sistema eletrônico. É sério, não sabemos. E não sabemos onde será a apuração. É que se trata de algo pouco importante, mas não entrarei nesse assunto, pois esse assunto é da Secretaria do nosso super Secretário Eduardo Suplicy que, nos últimos tempos, tem tido dificuldade de explicar o que o outro Secretário fez com tamanha lambança nos contratos e licitações que fez por lá, porque agora, por semana, há um *flash* naquela Secretaria. Primeiro foi a gráfica, agora foi a parada, semana que vem sabe-se lá o que será.

Mas, Secretário essas três questões me preocupam muito. Podemos ampliar para outras áreas, que têm terra, pelo menos mil reais para deixar lá? Quem sabe conseguimos

colocar algo. Perus sofre menos, Jaçanã e Tremembé, também sofrem menos, quer dizer, as áreas rurais parece que têm um erro do gabinete que produziu – eu sei que não é o de vocês, deve ser o gabinete do nosso super Secretário Ceron – mas, tem área rural fora de Parelheiros e tem rua de terra fora de Parelheiros. Temos de tratar a Cidade de maneira muito objetiva.

Operação Delegada. Preciso entender como participaremos e enfrentaremos a ampliação gigantesca da criminalidade e a pulverização disso em todos os centros comerciais da cidade de São Paulo. Falo isso porque na terça-feira da semana passada, logo após o feriado, houve um arrastão dentro de um ônibus no km 19 da Via Anhanguera. Arrastão dentro do ônibus, então não existe arrastão somente em prédio no Morumbi. O cara entra no ônibus, levanta uma arma, recolhe todos os celulares e todas as carteiras, de quem possui bilhete único. Sabem quanto custa para tirar um bilhete único, depois que tiram de você, em especial o bilhete único mensal? Mais de 40 reais. Temos de entender o que está acontecendo, pessoal.

Em forma de apelo, vamos entrar nessa luta para garantir segurança para a nossa população ou apostaremos no pior, melhor e que todos se danem, porque é culpa do Governador? Não trabalho com essa lógica, como não trabalhei quando tive oportunidade no Governo Kassab. E as disparidades que me assustam, tanto na gestão do conselho participativo quanto no volume de recurso, que está distribuído para melhorias de bairros. Eram essas as três intervenções rápidas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – As disparidades nos recursos alocados para os investimentos e melhorias de bairro.

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – Positivo, Presidente. Só um esclarecimento, com relação à Parelheiros, é um recurso carimbado por lá ser um polo turístico. A questão do capeamento, estamos sensíveis à causa. Esses 180 milhões previstos para Spua podem ser usados também nesse programa. Então, me parece aqui uma questão de âmbito técnico, por conta desse item a mais no orçamento.

Com relação à Operação Delegada, depois o Secretário Medeiros vai complementar, é uma questão em que estamos sensíveis. Acho que a primeira reunião que fizemos, assim que o Secretário Medeiros assumiu, foi na segurança pública. Aqui não se trata de nenhuma crítica de ordem política, mas a sua aflição, Presidente, é a nossa também. Dependemos, para uma série de atividades de gerenciamento do uso do solo, do apoio da Operação Delegada, mas São Paulo não deixa de ser um dos 655 municípios do Estado. Então, temos de dividir essa responsabilidade, sim, com o Governador do Estado. Sofremos, hoje, uma concorrência do próprio Governo do Estado por conta de um novo modelo de Operação Delegada implementado. Enfim, é mais atrativo para o policial militar servir fora do que em São Paulo.

É evidente que essa questão de ter orçamento a mais ou não é importante. Vivemos um momento financeiro delicado no Brasil inteiro. Quero fazer aqui uma defesa do Prefeito Fernando Haddad, porque todos os problemas estratégicos que a Secretaria vem desenvolvendo: o plano de recapeas, calçadas, enfim, existe uma determinação do Prefeito ao Secretário Medeiros para priorizar as áreas mais distantes da Cidade, as áreas onde existe um déficit maior de urbanização nas áreas mais (ininteligível) da Cidade.

É um espaço justamente para fazer este debate e ver onde pode corrigir as disparidades.

O senhor falou da estrutura das Subprefeituras. O Presidente conhece a história bem melhor do que eu. As Subprefeituras, ao longo da história, foram sendo criadas e não de modo simultâneo, mas vieram crescendo de quantidade e hoje são 32. Realmente, então, tem disparidade no território tanto com relação à quantidade de funcionários como à estrutura física. Esse é um problema que temos de enfrentar e planejar.

Existe também uma questão com relação ao quadro técnico da Prefeitura, que é antigo, que vem tendo baixos (ininteligível) de aposentadoria, enfim, perda para o mercado, então, acho que é bem apontado e cabe a nós, conjuntamente, pensarmos essas questões.

Não sei se o Secretário Medeiros quer complementar.

O SR. LUIZ ANTONIO DE MEDEIROS NETO – Deixe-me dizer que estamos em um momento delicado. Temos uma recessão muito forte e a recessão, sobretudo, ataca São Paulo. Deu para ver o desemprego de São Paulo, ontem, no Anhangabaú, eu nunca vi coisa igual, tanta gente procurando emprego.

Eu acho que a gestão Kassab fez o mesmo programa que o Prefeito Fernando Haddad está fazendo com os CATs de agilizar a questão do emprego. Eu vi no governo do Kassab e foi uma coisa boa, eficiente, mas não tinha um décimo das pessoas que estavam na fila ontem. Ontem, dava voltas e voltas em torno do Anhangabaú. Então vamos ter de fazer milagres com poucos recursos que a Prefeitura tem para atender, ser solidário com essas pessoas e atender os mais pobres, a periferia, a comunidade.

Temos tirado recursos de bairros de classe média para jogar lá para a zona Leste, onde necessita. Nós vamos fazer tudo para que na gestão do Prefeito Fernando Haddad não tenha mais ruas de terra em São Paulo. A rua de terra tira a dignidade das pessoas, as pessoas sujam os sapatos quando entram e saem de casa e nós estamos fazendo das tripas coração para atender as necessidades.

O Tapa-Buraco aparece muito porque é no Centro da Cidade, mas na periferia não é tem tapa-buraco, é tapa rua. Você não tem como tapar buraco. Ontem, fomos à Comunidade Jaqueline, a SPUA com a Subprefeitura, e vamos deixar lá de maneira diferente. Estamos fazendo contenção de gastos e tudo o que temos jogamos para as áreas periféricas.

Já que o senhor falou da gestão Kassab, eu quero dizer que – acho que foi ele, não sei - eles descobriram uma coisa muito boa, que foi a Operação Delegada. Foi uma grande descoberta, os policiais poderiam fazer um bico oficial. Foi realmente a descoberta da América, mas essa descoberta já não serve mais. Hoje, a Operação Delegada é para o Governo do Estado, para todas as Prefeituras, nós temos uma concorrência.

A realidade é que os PMs não querem mais participar da Operação Delegada. Nós

vimos na feirinha da madrugada onde o combate à informalidade funcionava com a Operação Delegada. Hoje, não. Hoje não tem. Oferecer muito mais do que paga o Estado, não há dinheiro para isso. Então, estamos fazendo o impossível na feirinha e, no entanto, a feirinha, com a Operação Delegada, que o policial hoje olha e diz: “não é comigo, eu não vou pegar aquele negócio, eu não vou fazer boletim de ocorrência”. Fica só ele ali e o ambulante passa sobre a autoridade dele tranquilamente.

Então, você tem certa razão, temos de descobrir caminhos, mas não é mais através da Operação Delegada, talvez através da participação da população, da mobilização de setores, a Prefeitura fazer tudo com a participação da população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço aos secretários, fazer um brevíssimo comentário, o Secretário é muito preciso ao anunciar esse esforço que a Prefeitura faz para levar à periferia recursos que notadamente e historicamente são investidos na região central.

Falo porque sou usuário do transporte público coletivo e, portanto, ando muito a pé e uso bicicleta também, todo mundo sabe disso. E incomoda bastante ver a Cidade gastar 1.2 milhões de reais para fazer um novo calçamento na Tabapuã – como estão fazendo neste momento – e o entorno do Colégio Gavião Peixoto, o maior colégio, com o maior número de alunos do Brasil, em Perus, não ter calçada.

E tenho certeza que se houvesse um diálogo mais efetivo com os comerciantes da Tabapuã não precisaríamos gastar 1.2 milhões. Duvido que não haja energia econômica ali se comparada com a energia econômica que há em Perus. Portanto, essas decisões de cunho absolutamente público discricionário apontam para onde o Governo quer levar a gestão. E não estou falando de algo que aconteceu há um ano, 10 anos em governos conservadores. Estou falando da decisão do nosso Prefeito Haddad. Então ele decidiu num certo momento que é mais importante fazer a calçada da Tabapuã a fazer, por exemplo, a calçada lá de Perus. E

essa é a relação real, não é porque não quis. Eu quis e lutei muito para que esse milhão fosse para Perus, mas não foi. Ficou aqui na Tabapuã.

Isso é para dizer que o discurso do Prefeito está certo, mas ele não tem gerado uma prática correta. Fala-se muito: vamos fazer na periferia, mas na hora de materializar parece que a coisa não acontece. E como sou um bom vigia vou fazer chegar ao vosso gabinete, todas as vezes que eu interpretar, que o nosso esforço não está sendo produzido na prática. Como nesse caso, poderíamos até por metade do recurso e outra metade pelas empresas ali sediadas, uma parceria. E essa parceria não se consegue fazer com o Governo do Estado em torno da Escola Gavião Peixoto. Não consigo tirar recurso do Estado para fazer essa calçada, o que é uma pena também.

Vou fechar dizendo que também tem toda a razão. O Prefeito Kassab tinha muita criatividade, sabedoria e capacidade para escutar a todos. Ele escutava os Vereadores, coisa que o nosso Prefeito também não consegue fazer. Não sei se ele escuta os secretários, mas os Vereadores ele dificilmente escuta. Portanto, não temos como falar de boas iniciativas e boas ideias que temos.

O Prefeito Kassab dialogava muito, a fórmula da operação delegada saiu de um amplo debate com esta Casa, se perdeu aderência há 55 Vereadores aqui para ajudar o Prefeito a dar aderência na próxima fórmula, mas o Prefeito não fala conosco. E ao não falar com os Vereadores fica difícil dar criatividade a nossa contribuição, porque aqui recebemos de vários cidadãos, todas as horas, no e-mail, Facebook e mídias sociais recebemos todas as horas ideias boas. Brinco sempre no plenário que cheguei para ajudar o Prefeito a errar menos. Posso não ajudá-lo a acertar, mas posso ajudá-lo a errar menos.

E falo isso numa prática. Acho que se não estamos dispostos a ser humilde por não saber de tudo, porque se eu souber de tudo não preciso consultar ninguém. Essa postura é ruim e sugere certa arrogância, prepotência e acho que podemos receber contribuições e fazer chegar ao Prefeito contribuições fundamentais. Então quero agradecer muito a sua presença.

Quero pedir desculpas ao Secretário se fiz alguma brincadeira que não poderia, mas sempre tento trazer um pouco de alegria para os nossos debates, sempre tendo muita responsabilidade com o que se fala aqui.

O Sr. Fabio Siqueira tem os três minutos regimentais para sua abordagem. Na resposta do Secretário, encerraremos a nossa audiência pública que começou hoje, às 08h, neste plenário.

Tem a palavra o Sr. Fabio Siqueira, do Movimento de Resistência Pró Orçamento Participativo.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Obrigado, Vereador José Police Neto, Presidente desta Comissão e sessão, saúdo o Vereador Jair Tutto, também desta Comissão, saúdo o novo Secretário das Subprefeituras Luiz Antonio de Medeiros, Deputado Federal, ex-candidato ao Governo do Estado, assim como a sua equipe da Secretaria e da Usina de Asfaltos, da Cidade.

Antes de tratar do Orçamento, queria primeiro comentar algumas questões gerais, atinentes a sua Secretaria. A Lei 13.399, de 13 de setembro de 2002, muito conhecida nesta Casa, preceitua a total descentralização de recursos de estrutura, na cidade de São Paulo.

Para a nossa desagradável surpresa, a gestão Haddad não está cumprindo essa determinação, ao contrário, está cada vez mais centralizando orçamento e ações nas secretarias centrais, não descentralizando para as subprefeituras. Diferentemente de práticas consolidadas em gestões como Luiza Erundina e Marta Suplicy.

Isso é lastimável, porque acarreta questões muito sérias como, por exemplo, a Subprefeitura de Itaquera, para o orçamento do ano que vem, estará perdendo dois milhões. Não sei se os senhores estão sabendo disso. É muito grave porque Itaquera é uma região ainda muito carente. Há áreas muito pobres por lá como José Bonifácio. É injusto que essa região comece perdendo dois milhões, logo de cara, para o Orçamento de 2016.

Também é injusto, na execução orçamentária de 2015, que a nova Subprefeitura de Sapopemba execute, até 31 de outubro, só nove milhões do seu orçamento. Isso dá, por mês,

899 mil reais. É possível que a subprefeitura sobreviva, com os problemas de Sapopemba, Jardim Colorado, Cohab Teotônio Vilela, com 900 mil reais, por mês? É totalmente absurdo e contraditório à própria lei de descentralização de subprefeitura.

Realmente, é lastimável, porque a Lei de Descentralização prevê uma coordenadoria de educação em cada subprefeitura, uma de saúde, de obras, de ação social, mas isso não está ocorrendo. A população do Jabaquara tem que discutir saúde no Ipiranga, discutir educação em Santo Amaro, o que é muito errado.

Para encerrar, quero tratar um pouco das questões da execução do orçamento da Secretaria de Subprefeituras.

Em 2015, a dotação de reforma e acessibilidade de passeios públicos de 15 milhões, não foi executada nesses 10 meses. Também na subprefeitura nada foi executado, porque nas audiências públicas de agosto, notou-se que em Vila Mariana não tinha sido executado nenhum centavo dessa dotação. Quer dizer que a população com deficiência, os idosos, estão sofrendo muito com as calçadas irregulares e há uma verba que não está sendo executada. É muito triste acontecer esse tipo de coisa em São Paulo com verba aprovada, nesta Casa, no ano passado.

Quanto à verba de melhoria de bairro, Plano de Obras das Subprefeituras, aprovada pela população, em 2013, foi executado muito pouco, ou seja, um milhão de reais num universo de 18,500 milhões.

Riscos geológicos recebeu uma grande verba de 154 milhões, porém foram executados apenas seis milhões. Quer dizer que há um risco na cidade de São Paulo na questão das chuvas e a dotação não está sendo executada.

A Defesa Civil, que pertence a sua Secretaria, recebeu de dotação 13,300 milhões. Nada foi executado nesses 10 meses. A Defesa Civil deixou de ser importante na Cidade? É muito sério isso. Pode-se dizer até que foi executado em outra dotação, mas isso está errado, porque o Parlamento aprovou aqui essa dotação, a população fiscaliza por essa dotação, mas

nada está sendo executado.

Não é Secretário Medeiros? V.Exa. que foi deputado federal, muito votado em Pirituba, Perus, Jaraguá e a coisa não está acontecendo.

Monitoramento em operação de emergências da Cidade. Há uma dotação de 10 milhões, porém executou-se cerca de um milhão.

Operação e manutenção de praças e atendimento ao cidadão: de 972 mil, executou 25 mil;

Conservação de áreas verdes e vegetação arbórea: nada foi executado, apesar da verba inicial de 1 milhão e meio;

Implantação da Central de Operações da Defesa Civil: 8 milhões, dos quais nada foi executado. Mais uma vez, a Defesa Civil com problemas na cidade de São Paulo.

Acho que tem que chamar o representante da Defesa Civil para também explicar o que está acontecendo. As dotações que estão na Secretaria de Coordenação das Subprefeituras não estão sendo executadas nesta pasta.

Por fim, Operação, Obras de Combate a Enchentes e Alagamentos na Cidade: 3 milhões e 800 mil reais, e nada executado.

Saúdo o Vereador Paulo Fiorilo.

Para encerrar, a execução orçamentária da Secretaria das Subprefeituras está triste. Não seria o caso de mandar esse orçamento para os subprefeitos executarem?

Queria manifestar a minha indignação por essa pífia execução de 2015 até 31 de outubro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Fábio Siqueira. Vou passar a palavra ao Secretário, para que dê a resposta ao Fábio e também para que faça suas considerações finais, e assim possamos iniciar o diálogo com os subprefeitos.

Anuncio a presença do Vereador Paulo Fiorilo, nosso vice-presidente, cuja

presença agradeço.

O SR. JOSÉ RUBENS – Obrigado, Presidente. Agradeço a intervenção do Fábio.

V.Exa. observou a questão do Colégio Gavião Peixoto.

Este ano nós estamos executando 40 milhões em calçadas, e grande parte disso são áreas públicas – escolas, postos de saúde e áreas nas periferias – onde não existiam nenhuma calçada. No ano que vem o orçamento também é o mesmo – recursos do Fundurb, etc. Então peço à nossa engenharia que anote a demanda do Presidente, para que se vistorie ainda este ano, para que transformar essa aflição, que também é nossa, em projeto, e, posteriormente, em execução. Então existe essa sensibilidade do Prefeito Fernando Haddad em direcionar esses recursos para as periferias, e também atendendo à área central da Cidade. As demandas são diferentes, mas todas elas são importantes.

Com relação à intervenção do Fábio, nós entramos na Secretaria em junho-julho, e acho que poderíamos fazer um debate. A hora que formos demandados pelo Presidente e pelo conjunto dos Vereadores, podemos fazer um debate sobre a execução orçamentária. Todas as observações que você fez, que são pertinentes, teria que fazer um debate específico.

Tem muitos recursos congelados. Na história de São Paulo não teve um prefeito que não tenha querido executar recurso tendo caixa. Então a situação financeira do país, do estado e da cidade, por muitas vezes, obriga o gestor público a fazer opções. Então não tenha dúvida de que o mesmo anseio que o senhor tem, que o cidadão tem, que os Vereadores têm, são os mesmos que os nossos. Então existe contingenciamentos de ordem da crise financeira e opções que o Prefeito fez. Mas queria manifestar que nossa equipe está à disposição para fazer um debate específico sobre execução orçamentária. Está ok, Presidente?

Queria passar ao Secretário Medeiros.

O SR. LUIZ ANTONIO DE MEDEIROS NETO – Obrigado, Zé. Saúdo também o Vereador Paulo Fiorilo, e agradeço ao Police Neto e ao Jair Tatto, pela maneira como conduziram o debate com a nossa Secretaria.

Vereador Police Neto, V.Exa. sabe, até melhor do que eu, porque teve vários mandatos, e é um dos mais atuantes, dos mais conceituados desta Casa, que São Paulo é uma cidade de muitas carências. Não diria que a cidade de São Paulo é pobre, mas, se andarmos 30 km para qualquer lado, veremos miséria tão grande quanto tem no interior do Maranhão. São Paulo com extrema pobreza e com extrema riqueza. Mas, no orçamento, nós estamos preparados para, de uma certa forma, enfrentar as maiores adversidades que esta cidade pode ter.

Por exemplo, quando chove, a cidade tem alagamentos em vários pontos, e a água entra em casas. Com esse orçamento, mesmo reduzido, nós conseguimos mapear os principais pontos de alagamento da cidade, e estamos fazendo ações preventivas para que não se repita, neste ano, o que se repetiu nos anos anteriores. Por exemplo, estamos com um plano arbóreo da cidade de plantar e poder árvores, para que as tempestades em São Paulo não se repitam do mesmo jeito. Então, apesar de todas as dificuldades, estamos preparados para enfrentar as deficiências.

As críticas que ouvimos aqui, tanto do Jair quanto do Police Neto, quanto do companheiro Fábio Siqueira, seguramente nós vamos receber com toda a humildade. Aqui estão todos os técnicos da Secretaria. E, no mínimo, vai servir para as nossas reflexões. E se o senhor quiser nos fazer uma visita, onde a gente possa detalhar mais, nós assim o faremos.

Estamos à disposição. Muito obrigado, Vereador Police Neto, pela audiência.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Assim, encerramos a primeira fase da audiência pública. Daqui a alguns instantes, iniciaremos com Freguesia do Ó, Perus, Jaraguá.

Agradeço muito ao Secretário, ao Secretário-Adjunto, Chefe de Gabinete, equipe que os acompanha, as “Adrianas” aqui com a gente e o Marcelo Bruni, esse engenheiro dedicado a tapar buraco e a bem pavimentar a cidade.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Esta segunda fase da audiência pública,

com o intuito de ouvir os Subprefeitos. Estão presentes os Srs. Alexandre Moratore, Subprefeito da Freguesia do Ó e Brasilândia; Carlos Roberto Massi, Subprefeito de Perus; Carlos Eduardo Silva Diethelm, Subprefeito de Pirituba e Jaraguá; Maria Rosa da Silva, Subprefeita do Butantã; José Antonio Varela Queija, Subprefeito da Lapa; Harmi Takiya, Subprefeito de Pinheiros, acompanhada de Antonio Calabrese, da Coordenadoria de Administração e Finanças; Alcides Amazonas, Subprefeito da Sé; Edna Diva Miani Santos, Subprefeita de Ipiranga; Elder Vieira dos Santos, Subprefeito de Jabaquara; Laercio Ribeiro de Oliveira, Subprefeito de Santo Amaro; João Carlos da Silva Martins, Subprefeito da Vila Mariana; Antonio Carlos Ganem, Subprefeito de Campo Limpo; Antonio Dias Barroso, Subprefeito de Capela do Socorro; Francisco Lo Prete Filho, Subprefeito de Cidade Ademar; Nerilton Antonio do Amaral, Subprefeito de M'Boi Mirim; e Nilton Oliveira, Subprefeito de Parelheiros. O Relator desta segunda fase da audiência é o nobre Vereador Jair Tatto.

Para iniciar, tem a palavra o Subprefeito de Pirituba Jaraguá, Sr. Carlos Eduardo Silva Diethelm.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA DIETHELM – Bom dia a todos. Agradeço o convite. Cumprimento os membros da Mesa. Normalmente na Subprefeitura já fazemos uma previsão de orçamento para serviços de manutenção e obras necessárias, além dos custos com administração. Existem parâmetros orçamentários que exigem os cortes com relação ao orçamento gasto no ano anterior. Então, por mais que nos esforçamos para manter o orçamento do ano anterior, manter um nível de serviço, a Secretaria de Finanças normalmente delimita os cortes: “Olha, este ano precisa cortar 10%, 15%”, devido às condições de arrecadação. Então nós compreendemos que esse tipo de limite acaba sendo imposto por restrições orçamentárias.

Por outro lado, para conseguir manter o nível de trabalho feito por cada Subprefeitura, existe um acréscimo em renovações de contratos, previsões já contratuais dos contratos de conservação existentes.

Quanto a obras novas, praticamente acabamos listando e colocando na nossa projeção, uma perspectiva no orçamento feito na Subprefeitura para ser encaminhado.

Enfim, o orçamento todo é consolidado junto às Secretarias: primeiro a Secretaria das Subprefeituras; depois a Prefeitura, no geral, com as outras Secretarias. E quando o orçamento vem para a Câmara, existe normalmente outro corte. Então, na primeira consolidação junto à nossa Secretaria, nós pedimos um valor, mas é feito um corte por restrições orçamentárias. Depois, já consolidado pelas outras Secretarias, existe outro corte final.

Quando o orçamento é aprovado pela Câmara, nos limitamos a fazer com menos verba o que já fazíamos no ano anterior, e ficamos sem recursos normalmente para investimentos.

É claro que, durante o ano, sempre nos apoiamos, junto às Secretarias afins, para conseguir recursos para novas ações. Outro recurso são as emendas parlamentares. Muitos Srs. Vereadores sensíveis às restrições que ocorrem nas Subprefeituras acabam direcionando emendas para obras novas em cada uma das Subprefeituras.

Em termos de conservação, a dificuldade é o nível de qualidade que podemos oferecer com o recurso oferecido. É diferente ter uma empregada mensalista de uma diarista. Por exemplo, aquela empregada que trabalha três vezes por semana oferece certo nível de qualidade no serviço apresentado; já aquela que vai uma vez por semana, acaba caindo a qualidade do serviço.

Esses valores são sempre colocados como custeio e não se consegue ter um implemento na qualidade que seria um número maior de equipes, então a periodicidade que se faz um corte de grama, por exemplo, em algumas praças, poderia aumentar caso houvesse um valor melhor para poder contratar mais uma equipe. Isso vale para corte de grama, manutenção de boca de lobo, para todo tipo de serviço.

Então seria interessante considerar esse ponto de vista de que, se a verba de

custeio pudesse ser um pouco mais implementada no ano seguinte, poderíamos oferecer um serviço de conservação de melhor qualidade para a população.

Outro ponto que implica também é a parte de infraestrutura, seja equipamentos próprios da Subprefeitura, tipo máquina para fazer limpeza de córrego, etc. Não houve nenhum investimento a mais, normalmente é só a verba para poder contratar uma empresa para fazer esse tipo de serviço. E esses recursos acabam entrando na parte de conservação, então seria importante implementar mais recursos para isso.

Muitas Subprefeituras não possuem imóvel próprio, então estão em imóvel alugado, que sofrem reajuste anual. Então seria necessário poder abrigar a maioria das Subprefeituras em imóveis próprios para que possamos sair dessa conta de aluguel. Muitas vezes, especificamos o valor do aluguel de R\$ 20 mil, mas se puder comprar um imóvel de R\$ 600 mil conseguimos sair do aluguel, amortizando no tempo o valor dessa locação. Entretanto, acaba entrando em investimentos, e não temos recursos para poder melhorar as instalações das Subprefeituras.

Portanto, necessariamente seriam esses os problemas das Subprefeituras: A questão da manutenção, para melhorar, seria necessário mais dinheiro para custeio; a questão dos próprios municipais, para poder sair dos aluguéis, o que seria um bom investimento para melhorar a qualidade do serviço interno; e a contratação dos servidores, que não tem ocorrido por conta de restrições financeiras.

As Subprefeituras já vêm sofrendo há um tempo com a aposentadoria de muitos funcionários e a não reposição do quadro funcional. Então, o capital intelectual que havia com os servidores antigos, que acabaram se aposentando sem que pudessem passar esse tipo de conhecimento a outro servidor, que ocuparia o seu lugar e que não chegou. Então, o que as Subprefeituras fizeram? Tentaram realocar os servidores operacionais que restaram para cargos administrativos, até de chefia, e se tentou passar um pouco de conhecimento a esses servidores, que não são tecnicamente os mais indicados, como se fossem aqueles contratados

num concurso público. A situação é crítica. Nós perdemos cerca de 40% dos servidores nos últimos três anos na minha Subprefeitura, e acredito que nas outras Subprefeituras esteja da mesma situação.

Em 2016, outra leva de funcionários irá se aposentar, e não temos mais como remanejar o pessoal que sobrou. Então a contratação se torna imperiosa. Não sei como isso será viabilizado pela Prefeitura, mas é bom destacar que o quadro funcional é mínimo hoje.

Muito se fala em fortalecer as Subprefeituras através da descentralização, mas foi um processo que parou no passado.

Então, antigamente, em 2002, 2003, contávamos com outras coordenadorias, a da Assistência Social, da Saúde, da Educação, que acabaram retornando às suas secretarias. Continuamos ainda hoje com os decretos das subprefeituras, então existe muita cobrança e a gente acaba repassando para essas secretarias.

Tentamos também remanejar o pessoal da Saúde e da Educação, pedindo aos servidores, oferecendo cargos, para puxar o pessoal da Saúde e Educação pra dentro das subprefeituras, mas as secretarias não abriram mão. Talvez eles passem pela situação de quadro funcional diminuto, não sei, e nem isso nós conseguimos fazer. Então se houver abertura nesse remanejamento entre as secretarias para as subprefeituras, seria interessante.

Último minuto, para concluir, gostaria que a Câmara, quando da análise do Orçamento tivesse esses pontos destacados na análise final do Orçamento, que será aprovado para o próximo ano.

Agradeço pela oportunidade.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Agradeço ao Carlos. Passo a palavra ao relator para que faça suas perguntas. Se alguém quiser se inscrever, as inscrições estão abertas. Já está inscrito o Sr. Fábio Siqueira.

Passo a palavra ao Vereador Jair Tatto e também à coordenação dos trabalhos, até

porque tem o senhor responsabilidade grande com as subprefeituras.

O SR. JAIR TATTO – Obrigado. Carlos, objetivamente, você tinha 32,549 milhões, quanto desse valor lhe cabia para investir propriamente na região?

O SR. CARLOS DIETHELM – Vereador, então é assim: na época em que se montou o orçamento, eu contei com o apoio do pessoal da administração, tanto de Finanças quanto da Administração. Em termos de número, de percentual, como foi muito corrido, agitado, eu teria de contar com o apoio do meu supervisor de Finanças, que já trouxe o quadrinho certo com a discriminação dos valores. Se eu puder consultá-lo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Se você quiser trazê-lo à Mesa, tudo bem.

O SR. JAIR TATTO – Não tem o valor de cabeça? Quanto desse valor você teria para investir? Tira a folha, tira contratação, tira... Depois a gente dá uma geral, é só para ter uma base, um diagnóstico de cada uma.

O SR. CARLOS DIETHELM – De percentual?

P – É, você tinha dois milhões, três milhões, quatro milhões para fazer viela, para fazer escada?

R – Não. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – É para o orçamento de 2015, o Vereador está perguntando. (Pausa) Não tinha nada.

O SR. CARLOS DIETHELM – Só as emendas.

O SR. JAIR TATTO - Então pra você os Vereadores são generosos, foram 2,5 milhões em emendas, não é?

O SR. CARLOS DIETHELM – Emendas.

P – Você também teve um recurso agora que a Câmara mandou.

R – Isso.

P – Quanto coube para lá?

R – 1,9 milhões.

P – Foi liberado na sexta-feira?

R – Foi liberado sexta-feira.

P – Se não fosse a generosidade da Câmara...

R – ...não teria investimentos.

P – E as emendas parlamentares?

R – E as emendas parlamentares.

P – Então está bom, está dito aqui: subprefeitura Pirituba-Jaraguá não tinha absolutamente nada, congelado, e vocês aqui atualizaram 23 milhões. Estou entendendo que em novembro e dezembro você atualiza tudo que lhe é de direito?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Não é ele, é a Prefeitura que atualiza.

O SR. JAIR TATTO – É a Prefeitura. Mas o dinheiro já chegou?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Essa é então, você está falando de atualização ou de liquidação?

O SR. JAIR TATTO – Liquidados, 23 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Liquidado é o conseguiu já...

O SR. JAIR TATTO – E o que vai ficar congelado, você já sabe?

O SR. CARLOS DIETHELM – Quanto vai ficar congelado?

P – É.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Permita-me um aparte? (Pausa) Carlos, você sabe me dizer quantas emendas foram executadas nesse período?

O SR. CARLOS DIETHELM – Olha, o dinheiro também chegou em agosto, e em setembro, conseguimos viabilizar. Concluídas não, estamos fazendo elas agora.

O SR. JAIR TATTO – Até o dia 15 de novembro vocês têm que...

O SR. CARLOS DIETHELM – E nós estamos licitando também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Mas você ainda não começou a executar?

O SR. CARLOS DIETHELM – Já, já.

O SR. JAIR TATTO – Vai dar tempo?

O SR. CARLOS DIETHELM – Umas 13 ou 14. E dá tempo, dá tempo. Até o dia 31 de dezembro preciso gastar e vamos gastar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Deixe-me dizer que na lista, o que temos liquidado até outubro - para o seu assessor de Finanças checar -, há uma emenda de melhoria de bairros de 800 mil, tinha liquidado 211, até outubro. E depois, todas as outras, o liquidado é zero.

O SR. CARLOS DIETHELM – Isso, licitando e algumas andando, e que ainda não foram medidas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Ok, obrigado. Há dois inscritos, mas vou precisar me retirar por dois minutos.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Fábio Siqueira, Movimento de Resistência Pró Orçamento Participativo, tem a palavra por até cinco minutos.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Obrigado Vereador Jair Tatto, Vereador Paulo Fiorilo, Subprefeito de Pirituba, Jaraguá e Parque São Domingos, Sr. Carlos; Subprefeito de Vila Mariana, Joca Martins, que chegou, está aqui, é da região em que resido, em que nasci.

Quero iniciar com um comparativo que, por razão de tempo, não foi possível abordar com o Secretário Medeiros. Com dados até o dia 30 setembro, as subprefeituras que mais executaram o orçamento, em 2015, foram: Vila Mariana, 54,4%; Jabaquara, 52,8%; e Pinheiros, 52,2%. Ao contrário, as três subprefeituras com pior execução - e isso não mudou em outubro nem nesses primeiros dias de novembro - a primeira é Sapopemba, com vergonhosos 28,8%, isso não dá 900 mil por mês. Acho um absurdo que uma região tão pobre como Sapopemba, Jardim Colorado, Teotônio Vilela seja penalizada dessa maneira. A segunda é Capela do Socorro, Grajaú, Cidade Dutra, com 35,8%, espero que o subprefeito explique o porquê. E a terceira, Parelheiros, Marsilac, 37,1%.

A Subprefeitura de Pirituba, aqui presente, tem aprovado, para 2015, o maior orçamento entre as sete subprefeituras da região Norte-Noroeste, 44,3%. A execução orçamentária até setembro é de 45,4%. Em média 30% a menos do que a média esperada de 75%.

Esperamos – tendo em vista do que foi falado quanto a liberação de emendas – que melhore porque realmente a população dessa Subprefeitura é muito pobre, especialmente o Jaraguá, a divisa com Taipas, a região de Teixeira Leite, e está sendo penalizada pela Gestão Haddad devido a não execução orçamentária.

Estive lá em 2013, na audiência do Plano Diretor, CEU Vila Atlântica. Com tristeza vi que o CEU estava abandonado. Nem mesmo o teatro, que homenageia grande personalidade da nossa música, Clementina de Jesus, tem placa com o nome desse expoente da música popular brasileira, quiçá o restante o equipamento CEU Vila Atlântica.

Solicitamos que o Subprefeito observe essa questão. A Coordenadoria da Educação, parece-me que está na Lapa atendendo Pirituba, o que é equivocado. Você tem que atravessar a ponte para discutir Educação, sendo que o Plano Municipal de Educação preconizou a descentralização, a observância, vou repetir o número da lei 13.339, que prevê uma coordenadoria por subprefeitura.

Aguardamos que o Prefeito Fernando Haddad cumpra a sua promessa da descentralização porque do jeito que está, é só reproduzir as maldades do Sr. José Serra e do Sr. Gilberto Kassab.

Para terminar, uma pergunta específica para a região de Pirituba. A situação da reforma dos passeios públicos, foi executado algum centavo? E quanto à intervenção, urbanização, melhoria de bairro, plano de obras da Subprefeitura, quais são as obras previstas em 2013, 2014 e 2015, nesses três anos alguma delas foi executada? Realmente a população se reuniu em novembro de 2013, pediu um monte de obra e parece que em muitas subprefeituras nada foi executado.

Infelizmente, processo de participação foi muito pequeno e mesmo assim em 2013, nem assim foi atendido.

Para terminar, queria fazer uma comparação, para terminar: a Vila Mariana, em 2015, tem orçamento de 20,6 milhões contra, e o senhor só executou 20,1. Então Vila Mariana, com o orçamento de quase 7 milhões reais a menos, conseguiu executar 500 mil reais que a Subprefeitura.

É complicado, porque a sua subprefeitura tem muitos mais carências que a Vila Mariana, Moema e Saúde. E mesmo comparando coisas iguais, estruturas iguais de orçamento, o senhor executou menos orçamento. Então vejo a população de Pirituba bastante prejudicada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou o Laerte Brasil, presidente da Confederação Sustentabilidade do Trabalho e Empreendedorismo de São Paulo, e também presidente do Sindicato Interestadual dos Treinadores de Futebol, e membro da executiva do Fórum Suprapartidário da Câmara Municipal Rumo a uma São Paulo Saudável e Sustentável.

No Governo Erundina, pela avaliação que fizemos nas subprefeituras, eu apresentei uma tese. Estava em Portugal, mas, aos finais de semana, estava aqui em São Paulo.

Apresentei uma tese para as administrações regionais se transformarem em subprefeituras, com eleições diretas para os subprefeitos das regiões, e, além disso, seria criado um orçamento participativo para cada uma das 32 subprefeituras. Seria feita um congresso do orçamento participativo nas 32 subprefeituras, entregando aos distritos e aos bairros de determinado território. Aí seria um orçamento discutido com a população. Com isso, as subprefeituras também não ficariam excluídas, como acontece com a Subprefeitura de Pirituba.

No Governo Kassab, (Ininteligível) transformou a subprefeitura num verdadeiro quartel da Polícia Militar. Militarizou, colocando 32 coronéis, para barrar a participação da sociedade paulistana. No Governo Haddad, eu observo que acontece igual aos clubes do país: fica um técnico a cada seis meses, assim como a cartolagem que está destruindo o futebol, um patrimônio do povo brasileiro. Aí ficam seis, oito meses, nas subprefeituras.

Mas a minha pergunta a V. Exa. é se o Governo Haddad fizesse eleições diretas nas subprefeituras, elaborando um orçamento forte para o atendimento.

Ajudei a construir os planos de meta, inclusive da Subprefeitura de Pirituba, e gostaria de saber como está o projeto de construção da ponte de Pirituba. Apresentei uma tese também para a construção de um centro de convenções e Pirituba. E quero saber como estão as metas das construções na Subprefeitura de Pirituba.

Era o que eu tinha para dizer. Muito obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tattó) – Tem a palavra o Sr. Carlos Eduardo.

O SR. CARLOS EDUARDO – Vamos começar com a questão orçamentária e com a questão das obras elencadas pelo conselho participativo.

Convém lembrar que esse conselho participativo foi implantado na gestão Haddad e tem sido fortalecido nas subprefeituras. A maioria dos subprefeitos tem participado ativamente desses conselhos. O nosso, por exemplo, participou da elaboração de propostas para o orçamento de 2013, 2014 e agora nesse outro.

Das obras propostas, são coisas novas; não seria aquele valor de manutenção, por exemplo. Então a opção para se conseguir viabilizar isso foi usar recurso dos fundos – Fundo Municipal de Saneamento, Fundo do Fundurb e Urbanização. Então é feito um orçamento em cima da proposta feita pelo próprio conselho participativo, e encaminhado ao Fundurb, que gerencia essas liberações de recursos em toda a cidade.

Uma das exigências para que essa obra fosse pleiteada, fosse contemplada com recursos do Fundurb, é justamente aquela ata que a gente fez com os próprios conselhos, em

que eles endossam a solicitação para a autorização desse recurso. Então obras previstas, que a gente pôde contar com recursos do Fundurb, foram implementadas esse ano – tanto que foi proposto para 2013, entrou para 2014 e veio para 2015; e a liberação acabou acontecendo agora. Então estamos mexendo na Edgar Facó e mais três praças naquele primeiro orçamento.

De 2014 para 2015, não houve a liberação de recursos do Fundurb para aquelas obras específicas.

Convém lembrar também que, quando o conselho participativo escolhe algumas obras da subprefeitura, eles reúnem depois com os outros conselhos da Cidade, porque também existem metas de educação, saúde, que não entram na dotação da subprefeitura. Então tem obras – por exemplo, da saúde e da educação – sendo executadas na região, e em que o conselho participativo optou por essas obras dentro do planejamento feito na educação e na saúde. Então aquele plano plurianual que existe contempla obras da saúde e da educação, cujos recursos foge aos da subprefeitura.

Particularmente, no caso de Pirituba, o que foi previsto para ser utilizado com recurso do Fundurb está sendo realizado agora.

A outra pergunta se refere ao percentual de execução.

Existe outra questão, que é a cota financeira. O valor aprovado para o orçamento de cada subprefeitura não é fictício, mas previsto, anual. Durante o ano, à medida que os recursos entram nos cofres da Prefeitura, eles vão sendo liberados. Então, embora tenhamos uma previsão de ter todo esse valor, a gente aguarda mês a mês em cima de uma cota financeira.

A cota financeira engloba tudo: gasto com pessoal, com material, com a equipe de conservação. E essa liberação de cotas, muitas vezes, a gente aprova uma obra e não pode fazer o empenho, porque não tem a cota financeira, que é o dinheiro real para pagar essa obra. Então aguarda o mês seguinte para usar essa cota. Existe o remanejamento de cotas, que a gente pede para a Secretaria de Finanças, para a gente poder enquadrar essas coisas.

Estamos licitando obras. Tem a questão da liberação das emendas também. Dentro desse valor de 40 milhões que vocês colocam, tem as emendas também. E essas emendas representam vários vereadores e partidos diferentes.

A liberação dessas emendas cabe à Serg – Secretaria de Relações Governamentais. A partir do momento em que eles liberam esse valor para a subprefeitura, a subprefeitura pode, então, realizar a licitação para contratar a obra. Então ainda existem emendas que não foram liberadas, embora constem no nosso orçamento. As que foram liberadas até agora estão passando por esse processo de contratação, seja através de ata de registro de preço, seja através de carta-convite aberta às empresas que participam do processo licitatório, e estão sendo feitas as contratações.

Com relação ao que está aberto ainda, que não foi gasto. Não é que não foi gasto; foi contratado, mas não foi pago. Então o cara está fazendo agora, no mês de outubro... Tiveram obras já feitas, parciais, que são dois meses de obras – outubro e novembro. Por exemplo, eu estou pagando outubro em novembro, no mês seguinte. Aí, sim, cai na continha o que foi realmente liquidado, o que foi gasto.

Então esse percentual, de 27, que você falou, eu estou tranquilo com relação a isso, porque essas obras que estão andando vão ser pagas no exercício. E esse percentual, o ano passado, nós chegamos entre 90-95%. É a média que a nossa Subprefeitura tem cumprido em todos esses anos.

Se você pegar de 2014, talvez você consiga saber, entre todas as subprefeituras, quem mais gastou perto do que foi liberado a elas. Então a Subprefeitura de Pirituba sempre consegue gastar entre 90-95% dos valores que foram direcionados à nossa subprefeitura.

Então tem sempre esse momento de aguardar a liberação de recursos; e aí já vem as cotas, mês a mês, as cotas do que eu posso gastar daquele valor liquidado. Então fico tranquilo com relação a isso.

A população de Pirituba sabe que a gente costuma ir atrás, costuma correr, e

cumprir essas previsões. Acho que no seu caso eram essas duas questões.

Com relação às subprefeituras, àquele processo que foi interrompido, eu acho que é um processo paulatino. O Prefeito Haddad está atento e tem implementado a descentralização na medida do possível. Acho que seria muito prático para ele, quando assumiu, dizer o seguinte: “A Diretoria Regional de Educação da Lapa volta para a Secretaria de Subprefeituras; a da Saúde também volta”. Mas foi tudo uma estrutura que, durante oito anos, voltou para as suas secretarias. Então esse passar para as subprefeituras, hoje, direto, não teria condições, pelo número de servidores que temos para atender mais essa demanda. Mas acho que o Prefeito está atento aos movimentos feitos entre as próprias secretarias, e está direcionando as coisas para que essa descentralização seja feita no momento correto, para que seja mais rápida. Então temos outras Secretarias – Siurb, a da Infraestrutura Urbana, de Esportes, a própria Secretaria de Habitação. Você não consegue passar o quadro deles para a... e eles também não tem gente para dividir em 32. Então o Prefeito está fazendo na medida do possível essa movimentação na direção da descentralização.

Com relação à ponte, eu acho que ainda vai ser feita a licitação da Operação Água Branca. Não sei se a licitação já foi feita ou não. Do projeto de obra, né?

Quanto às eleições, sobre se fazer eleições por subprefeituras.

Acho que é um problema complexo essa questão da eleição por subprefeitura. Cabe à Câmara, junto ao Poder Executivo, discutir esse tipo de questão. Tem a questão legal, de ser aprovado legalmente para se viabilizar isso, tem a questão política. Eu, pessoalmente, acho que seria muito complicado ter um prefeito de determinado partido e ter 32 subprefeitos dos mais variados partidos. Eu não sei como isso funcionaria politicamente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Pela ordem. Vamos nos reservar o direito de discutir o orçamento.

Agradeço a presença do Carlos Eduardo. E parabéns! Você faz parte dos três que não foram ainda substituídos.

Quero anunciar a presença do nosso querido Vereador, membro desta Comissão, Aurélio Nomura.

Perus não compareceu. Freguesia do Ó não compareceu. Pirituba esteve conosco.

Agora, pela ordem, seria a Subprefeitura do Butantã. Há algum representante?

(Pausa) Não há. Próximo: Subprefeitura da Lapa.

Peço que se identifique e faça a exposição em dez minutos.

Tem a palavra a Sra. Wilma Rezende, Coordenadora de CAF.

A SRA. WILMA REZENDE – Bom dia. Estou Coordenadora de CAF há dez meses, na Subprefeitura da Lapa e quando cheguei, encontrei uma Subprefeitura com pouca estrutura de funcionários. Estamos com defasagem, porque muitos funcionários estão se aposentando, por isso a dificuldade de trabalho.

Mas o Orçamento está sendo realizado e, com o Orçamento que chegou, estamos conseguindo realizar pelo menos a parte de estrutura, de planejamento. Com relação às emendas que recebemos neste ano, estamos com as obras em andamento de, pelo menos, quatro emendas de Vereadores, uma do Fundurb e as outras que chegaram agora, estamos estudando para ver se conseguimos realizar.

Tudo o que o Sr. Subprefeito de Pirituba falou, endosso, porque realmente está difícil trabalharmos sem funcionário. Temos uma dificuldade muito grande com relação às aposentadorias. Não conseguimos segurar esse funcionário por mais tempo. A desvalorização do funcionalismo foi grande, por isso, não conseguimos segurar o funcionário para que ele fique mais tempo. Eles querem se aposentar e como têm o tempo para isso, eles aposentam.

Com relação ao nosso pedido de mais dinheiro para podermos fazer mais obras, a Câmara Municipal nos encaminhou mais dinheiro para isso. O único problema que há agora, e peço encarecidamente que a Câmara interceda por nós, é para que a Siurb libere a autorização para utilizarmos a Ata. Não vamos ter tempo hábil para executar essa obra se a Siurb não nos ajudar nesse sentido. Mandamos 14 processos para Siurb pedindo autorização

para liberação da Ata e até agora não tivemos resposta.

Se a Câmara Municipal puder nos ajudar nessa parte, será muito bom, porque precisamos iniciar essas obras imediatamente, senão não teremos tempo para fazer.

É isso que tinha para falar, porque tudo o que o representante de Pirituba falou é o que temos passado, todas as Subprefeituras.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tutto) – Vereador Aurélio Nomura, alguma consideração sobre essa Subprefeitura especificamente?

Tem a palavra o Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Primeiro, cumprimento a Sra. Wilma. Sr. Presidente, estava observando essa questão da manutenção de praças. Havíamos orçado, em 2015, 300 mil reais e, em 2016, não temos absolutamente nada.

Com relação a essa questão de pavimentação e recapeamento de vias, também foi orçado, em 2015, 1,5 milhão e neste ano, não há nada orçado, zero real. Na reforma e acessibilidade de passeios públicos, em 2015, 500 mil reais e, neste ano, 95 mil reais. Na questão da construção, ampliação e reforma de equipamentos da Subprefeitura, 500 mil reais e neste ano, cem mil reais. Implantação de atendimento ao cidadão havia 50 e na questão de intervenção, urbanização e melhoria de bairros, obras da Subprefeitura, zero real para este ano que tinha 200.

Enfim, o que estamos observando é que a Subprefeitura está sem absolutamente nada de recurso para investimentos. Estou correto?

A SRA. WILMA REZENDE – Em 2016?

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sim.

A SRA. WILMA REZENDE – Em 2016, foi pedido investimento sim.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Mas não foi acolhido?

A SRA. WILMA REZENDE – É, não foi atendido. É como um dinheiro que veio, neste ano, mas não foi liberado. Ele está congelado.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Está contingenciado também? Quanto foi contingenciado nos recursos. A senhora tem uma ideia?

- Manifestação na galeria.

A SRA. WILMA REZENDE – Três milhões.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Três e quanto?

- Manifestação na galeria.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Três e meio? Nossa.

A SRA. WILMA REZENDE - Tudo congelado.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Poxa, três e meio. E qual a necessidade da demanda, porque o Vereador Jair Tatton é o Subrelator e vai analisar especificamente essa questão das Subprefeituras.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Poxa vida, que coisa absurda. Claro. É bom até que está, aqui, o Vereador Jair Tatton, nosso Subrelator, da Secretaria das Subprefeituras que possa olhar essa questão. Nós estamos vendo aqui Zero de recursos para investimentos, Vereador Jair Tatton.

Então há necessidade, desde esse ano, por exemplo, os recursos que estavam aqui foram contingenciados – mais de 3 milhões – e não é à toa que a população está reclamando. Vai na Subprefeitura, não tem resposta porque não tem dinheiro, pois não tem como atender. Se não tem funcionários, ainda vá lá, mas não tem sequer recursos para fazer qualquer coisa. Já estamos vendo que, na realidade, é uma penúria.

Portanto, Vereador Jair Tatton, não sei se V.Exa. está fazendo esses encaminhamentos. Tenho a certeza que pela sua história, V.Exa. tem já encaminhado, junto ao Executivo, tentando amealhar recursos, para que possamos trazer verbas para as Subprefeituras, porque, do jeito que está, é um absurdo.

A SRA. WILMA REZENDE - Nós mal conseguimos manter a parte que já temos de

manutenção da região.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Que coisa! Realmente está constando aqui, gostaria de destacar.

A SRA. WILMA REZENDE - Pedimos que fosse nos dado, pelo menos, dez equipes de poda. Nós temos quatro só. É uma região grande.

O SR. AURÉLIO NOMURA – É uma região muito densa, com bastante árvores, haveria necessidade de se ter o recurso.

A SRA. WILMA REZENDE - Precisamos de recursos para fazer o serviço, se não.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Já entendi. Olha: manutenção de praça, zero; operação de manutenção de conselheiros, zero reais; intervenção urbana e melhorias de bairro, zero; quer dizer, tudo zero reais. Tudo que tem aqui não tem recursos, não tem absolutamente nada.

O SR. JAIR TATTO – Mas, Vereador, atendendo o pedido de V.Exa., estou constatando, aqui, o placar que já está em dois a zero em investimentos. O primeiro Sub disse que a capacidade era zero. A segunda representante de Subprefeitura disse também que era zero.

Estou até ponderando com V.Exa. que vamos ouvir várias que podem ter a mesma constatação. Você pode também arguir com relação ao próximo representante da próxima Sub.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Vereador, eu gostaria que, veja, aqui não está zero, está menos.

O SR. JAIR TATTO – O placar está dois a zero até agora.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Não, isso aqui está menos ainda.

O SR. JAIR TATTO – A capacidade de investimento é zero.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Olha, investimento: menos 91%.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Se fosse zerado ainda tudo, agora menos 91%, quer dizer, quase 100% a menos do que já não tinha. Então é isso. Obrigado.

O SR. JAIR TATTO – Obrigado Vereador Aurélio Nomura. Os Vereadores estão sendo menos generosos com a Lapa, foram mais com Pirituba, em emenda.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu agradeço a Vilma, muito obrigado por ter vindo aqui. Próximo é a Subprefeitura de Pinheiros. Algum representante? (Pausa) Por favor, venha, se identifique, dez minutos. Seu nome, por favor?

Sr. Antonio, Coordenador de Administração e Finanças, tem a palavra, por dez minutos. Se precisar do nosso auxílio da comissão, temos a assessoria à disposição. (Pausa) Pinheiros já imediatamente é a próxima. Dez minutos, Sr. Antonio

O SR. ANTONIO CALABRESE – Serei breve. Meu nome é Antonio Calabrese, sou Coordenador de Administração e Finanças de Pinheiros.

Não queria ser assim repetitiva porque logo na primeira exposição muito bem feita foi colocado todos os problemas genéricos que a gente enfrenta, acredito que em todas as subprefeituras. A Subprefeitura de Pinheiros é consolidada e o que mais requer é a parte de manutenção. Aliás, até esclarecendo o Vereador Aurélio, que está colocando alguma coisa sobre investimento, mas a subprefeitura de Pinheiros consome muito mais recursos de manutenção. Algumas reformas que a gente tem oportunidade de fazer, realmente vem através das emendas. A parte de investimento a gente tem muito pouco. Queria colocar também que o Orçamento, quando ele é elaborado, nós partimos de parâmetros pré-definidos, então, não pode parecer que a Subprefeitura acaba sendo negligente em não colocar um valor maior para determinado serviço que sabe que vai ter de fazer, que ela sabe que todo ano é aquele valor e o quanto ela vai gastar. Então, esses parâmetros obriga que a gente faça ou distribua da melhor forma possível e, ao longo do ano, a gente tenta com a nossa própria Secretaria um reforço dessas dotações para cumprirmos todos os nossos compromissos. Quanto às

emendas, são duas coisas recorrentes que a gente tem que algumas acabam vindo já no Orçamento e outras no decurso do ano. Só que, como já foi bastante colocado aqui, elas chegam num momento um pouco tardio. Por que tardio? Porque a falta de funcionário que temos, e isso é evidente para todas as subprefeituras: a falta de funcionários, a gente acaba não ficando com tempo hábil ou como a gente necessitaria para se fazer a execução dessas emendas. A Câmara nos mandou um valor, a subprefeitura recebeu...

P – Qual foi o valor para a Subprefeitura de Pinheiros?

R – Foi de 840 mil. E a gente conseguiu fazer uma distribuição até bem a nosso favor na questão da distribuição desse valor para algumas manutenções e algumas obras. Veja, aí se acumula novamente o problema. Essa emenda acabou de chegar, os processos praticamente já estão todos em andamento, temos o famoso que foi citado, a Siurb, realmente, leva um tempo considerável para autorizar a utilização da ata e que isso realmente acaba atrapalhando, somada a falta do funcionário. A Subprefeitura, com as emendas, está com 18 obras. São obras pequenas, mas são 18 obras que você precisa de fiscal, você precisa de um acompanhamento por conta da reduzida falta de funcionário, principalmente, nessa área acaba dificultando um pouco o modo que a gente gostaria de gerir. Então, são essas considerações que eu queria deixar registradas aqui e, se fosse possível, a gente entende...eu sou funcionário de carreira e entendo a questão de arrecadação, toda a questão do financeiro, mas essa emendas e essas suplementações quando elas vêm muito no final do ano, elas deixam a gente um pouco apavorado. O que vai constatar? A subprefeitura x não executou o Orçamento do ano de 2014, ou só executou 80%, 70% do Orçamento. E se for verificar, todos aqui, acredito que a maioria, sabe o que é uma licitação. Se uma licitação vai bem, ela vai bem, você faz ela em 30 dias, se uma licitação vai mal, você compromete o dinheiro, você compromete a obra, então essa questão dos recursos chegarem, pelo menos, até o meio do ano, ou no começo, do segundo semestre é uma coisa que ajudaria muito nessa questão de execução.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio

Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Apenas umas constatando, que na realidade, novamente, o Executivo não aportou recursos necessários. Podemos ver que os investimentos, na operação, manutenção de unidades, como manutenção de praças, zero de recursos, é uma constatação. E podemos ver que dentro do liquidado, se a gente for ver aqui na conservação de aéreas verdes, manutenção, sistema de drenagem, enfim, o que foi liquidado esse ano, até o presente momento está chegando em torno de 68%. Além dos recursos, serem pagos, realizado, liquidado, é muito pouco.

Gostaria de fazer uma pergunta, acredito que seria interessante, fazer esse encaminhamento para todas as subprefeituras, até tendo em vista manifestação do representante da Subprefeitura de Pinheiros. O que foi congelado? Quais são as dotações que foram congeladas, É importante seguir esse parâmetro para entender o que está acontecendo. Vemos aqui que já não tem recursos, já não se oferece, trabalha-se com os poucos recursos das emendas. Mesmo assim com dificuldade, muitas vezes liberados em uma condição em que não há possibilidade de executar. Então há necessidade de se discutir com mais afinco, e acredito que V.Exa. ocupará um papel de destaque para que possamos resgatar e oferecer uma condição mais adequada parar o trabalho das Subprefeituras.

Gostaria até, não sei se o senhor pode nos relatar, o que foi congelado? Quais os itens que foram congelados pela media e por dotação, para termos uma ideia, mais ou menos?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tattó) – Com a palavra o Sr. Fabio Siqueira.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Bom dia a todos! Duas questões: registrar que a subprefeitura de Pinheiros, foi a terceira que melhor executou, até de 30 de setembro. Então com todos esses problemas, mesmo assim é possível executar recurso e o que podemos observar, é uma coisa bem injusta, porque se Pinheiros executou mesmo com todas as dificuldades, 52% não é possível que Sapopemba só executou 28,8. É muito discrepante com todos esses problemas já relatados, que uma executa 52 e outra 29. E com agravante.

Sapopemba, é muito mais pobre que Pinheiros, Alto de Pinheiros, Jardim Paulista, Itaim Bibi, Cerqueira Cesar e Jardim América. É uma coisa muito injusta que ocorre nesse orçamento, mesmo com essas discrepâncias.

Encerrando, gostaria de aproveitar o comentário de Pinheiros e prestar uma homenagem ao conselheiro Geroncio, Henrique Neto, falecido mês passado, precocemente e foi uma grande perda. Ele esteve presente na Câmara em seu bairro, em Pinheiros, e essa personalidade importante da nossa cidade, fará muita falta para esse ano e para as próximas discussões participativas dessa cidade. Então fica aqui a homenagem Geroncio Henrique Neto. Nosso querido e saudoso conselheiro, e morador do Jardim Edith, Itaim Bibi e que conseguiu a única realização completa na operação urbana com a entrega parcial do Jardim Edith, muito da sua luta, da sua comunidade e com a modesta ajuda nossa, dos membros do Orçamento Participativo de São Paulo. É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tato) – Com a palavra o Sr. Antonio Calabese.

O SR. ANTONIO CALABESE – Questão da execução, pode ser que seja uma surpresa. O que eu havia falado é uma questão. Pode ser que outras subprefeituras que ainda tem uma execução baixa estão com esse tipo de problema, de uma licitação. De repente você faz uma licitação de 800, de Hum milhão, e você fica com aquele recurso, parado, e assim que você consegue homologar, consegue fazer, você consegue liquidar. Essa questão da liquidação, do percentual de liquidação é muito particular de cada um. Isso pode ser revertido, não digo que não possa ser recuperado.

Quanto à questão de congelamento, quando recebemos as dotações, ou quando confeccionamos o orçamento, eles já têm um padrão, um parâmetro pré-definido. Então é lançado esses valores. Quanto a ele vir zerado, isso pode ser recuperado por meio da própria, Secretaria, ou de outras. Por exemplo, estamos fazendo uma obra que o recurso é de Fundurb. Ele não vai aparecer ai no nosso orçamento, mas estamos executando esses valores. Quando existe alguma coisa, uma prioridade na parte de investimentos podemos buscar ajuda ou da

nossa Secretaria, ou por meio de algum fundo.

No geral, foi congelado mesmo essa parte de investimento. A parte de manutenção, de conservação, é 100% liberado. Pelo menos não tivemos nenhum tipo de problema com essas dotações.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tato) – Agradeço a colaboração e a presença do Sr. Antonio Calabrese. Com a palavra o Sr. Nilton de Souza Martins.

O SR. NILTON DE SOUZA MARTINS – Bom dia a todos. Sou da coordenação de CAFI da Subprefeitura Sé. Como os outros subprefeitos já falaram, fica meio que repetitivo algumas situações com relação ao orçamento que temos. O Orçamento para nós, ele vem em um valor total, desse ano de 72 milhões com parte de congelado e dentro do que temos, estamos executando toda a parte de zeladoria.

Com a Subprefeitura Sé abrange uma área muito grande, demanda muito serviço e normalmente a verba que vem para nós, ela não consegue atender toda a demanda dessa subprefeitura devido o grande volume. Por exemplo, no Centro circula mais de três milhões de pessoas dia. Temos de limpar, fazer a manutenção de tudo ali, diariamente. Isso demanda muito serviço. A zeladoria é muito utilizada naquela região. Temos um problema agravante que não vi as pessoas falando, por exemplo, nas subprefeituras nossos contratos estão todos se encerrando agora, no ano de 2015. O que isso representa? Que quando vem é um contrato de cinco anos e vem num custo x, agora, para a renovação, quando a gente faz a nova pesquisa de mercado, enfim, para fazer a nova licitação, vai para um custo cinco x, sobe cinco vezes mais por causa da inflação que aumentou, tudo aumentou. Então, as empresas não estão conseguindo manter o preço que elas tinham anteriormente e com isso nosso Orçamento está onerando muito e para o ano que vem a projeção que foi nos dada, já entendemos que será muito difícil cumprir todos os contratos na íntegra, devido esse aumento, esses impostos, essa inflação que vem pegando as empresas e vem aumentando o volume e os preços dos nossos contratos. Temos trabalhado para tentar, de uma forma coerente, de uma forma linear, atender

todas as necessidades das subprefeituras. Já temos uma projeção que vai ser muito difícil concluir os trabalhos e os contratos na íntegra porque precisamos de uma quantidade de equipe e normalmente temos de reduzi-las no final do ano.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tattó) – Nilton, você tem o percentual desse aumento? de contratos?

O SR. NILTON DE SOUZA MARTINS – Tenho. Vamos supor: vou dar um exemplo real. Tenho um de veículos, que eu fiz esse ano, e pagávamos num veículo/hora 30 reais e quando fizemos a nova licitação, no pregão eletrônico, ficou em 50 reais a hora, alocação com motorista, com combustível e tudo. Empresa, porque a gente não pode operar mais como cooperativa.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Há uma grande questão e isso foi muito discutido aqui na Câmara, há decisões, manifestações, fizemos vários debates aqui, mas o que acontece é o seguinte: existe o entendimento que prevalece ainda, o entendimento que o decreto sobrepuja a lei que aprovamos e que nós discutimos, nós estivemos juntos, o então Secretário das Relações Governamentais era o nosso Conselheiro João Antônio. Estivemos com o Secretário de Planejamento, estivemos na Procuradoria, estivemos na Secretaria de Assistência Social, enfim, passamos por uma discussão ampla e queria reduzir e muito.

Agora, nos causa surpresa que depois do avanço, depois das discussões no tribunal volte à baila essa questão. É bom que se diga que no Governo do Estado se contrata por meio de cooperativas e no Governo Federal também se contrata por meio de cooperativas, sem problema nenhum porque na realidade segue o que reza a lei federal inclusive de estímulo às cooperativas. O que nos causa surpresa é que o impedimento que se faz é baseado num decreto, se formos analisar em nível hierárquico de normas legais, chegamos à conclusão que estão subvertendo. Estão valorizando um decreto e não reconhecendo uma lei. Ora se é esse entendimento haveria necessidade de a Procuradoria entrar com uma ADIN. É ilógico você não reconhecer a lei aprovada e sancionada pelo Sr. Prefeito, se não, estamos rasgando...o que

estamos fazendo aqui na Câmara Municipal? Não tem sentido e volto a falar até com relação a esses valores, sem falar com relação à questão de combustível, e com relação ao motorista, a licitação que fizemos na Mesa da Casa nós conseguimos reduzir em 600 mil reais por ano com relação ao contrato. Na realidade estamos trabalhando num processo de redução. É só sair por aí, os valores fixados para a venda e locação de veículos constam um x, mas se você abrir a licitação efetivamente você vai ver uma queda sensível com relação a essa questão.

O SR. NILTON DE SOUZA MARTINS - Mas aí acho que deve haver um consenso entre os órgãos reguladores do Município para que tenham esse mesmo entendimento, senão não conseguimos. A licitação trava e não vai nem para frente, nem para traz.

Esse é um ponto, mas enfim, vamos tocando o restante porque não é só esse o problema. Dentro de todos os outros contratos, mesmo que não seja cooperativa, seja empresa normal em que já vem um contrato de zeladoria, está havendo um acréscimo considerável dentro do nosso orçamento, devido a reajuste. Há empresas que não renovam os contratos porque dizem que não conseguem comportar aquele preço. Então automaticamente tem de ser feita nova licitação com preço atualizado, digamos assim. E isso tem onerado as nossas dotações.

Com relação aos investimentos, você nos perguntou nas últimas dotações, realmente temos as dotações aqui. Todos os investimentos que eles mandam, eles congelam. Então na verdade não podemos utilizá-lo e ficamos imutáveis para poder pegar esses orçamentos. Então fica praticamente zero, como se não tivesse vindo. Consta no nosso investimento total, na nossa verba, só que não podemos utilizar. Então esse valor não deveria constar. Por exemplo, vou mandar 72 milhões para a Sé. Perfeito. Então já desconta os congelados para ter o valor real.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Então na realidade essa questão que consta na planilha aqui levantada, uma média de 50% é o que foi liquidado.

R – Exatamente. O que foi liquidado. Tanto é que ainda estamos executando

muitas obras. Estamos fazendo a Praça Ulysses Guimarães, a Kherlakian, enfim, uma série de obras que acreditamos estarão concluída até o final do exercício.

P – Mas vocês não conseguem alcançar 100% de liquidação, de realizado?

R – O nosso orçamento é bem enxuto e os custos mensais da nossa zeladoria é bem considerável. Por mês chegamos a 12% de execução. Então acreditamos que vamos executar os 100% sim.

P – Agora, os valores indicados para conservação, enfim, a zeladoria de uma maneira geral, o valor está adequado? Você acha que dá para tocar no próximo ano?

R – Para o novo orçamento mandamos o que realmente necessitamos.

P – Quanto?

R – O valor total, de cabeça, eu não tenho.

P – Mas é bem mais do que esse?

R – Não é bem mais. São os ajustes, porque como já temos a projeção dos reajustes dos valores dos novos contratos, já mandamos tudo atualizado. Às vezes não é nem um aumento de equipe, mas só o reajuste que as empresas estão aplicando e que é representativo hoje.

P – Só para citar, por exemplo, estamos vendo aqui de investimento: menos 91%. Total geral dá menos 8% se comparado com o ano passado. Então quer dizer, na realidade você está recebendo recursos a menos do que em 2015. É isso?

R – Isso.

P – E está adequado?

R – Não.

P – Sem inflação, quer dizer, na realidade você está achando adequado.

R – Não. Está inadequado. Tenho de receber a mais.

P – Só para constar, porque na realidade o orçamento das 32 subprefeituras caiu de 1,4 bilhão, de 2015, para 1,1 bilhão, em 2016.

R – Caiu o orçamento.

P – Caiu em 300 milhões.

R – E como você me explica, por exemplo, o aumento da inflação?

P – Eu queria entender, mas a inflação aqui, pelo jeito, o Governo acha que houve deflação.

R – Exatamente. E não é real. Então manda dinheiro a menos e fica inviável executar. Não tem condições.

P – Está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos passar aos inscritos. Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Laerte Brasil, Presidente da Confederação Sustentabilidade do Trabalho e Empreendedorismo da Cidade de São Paulo, e através do seu órgão institucional, que é a Federação do Trabalho e Empreendedorismo dos Distritos da Sé.

Participamos de todas as audiências públicas de construção das metas do Governo Haddad, inclusive, das metas daqui da Subprefeitura. E apresentamos uma tese junto com a sociedade, a construção de um CEU na região do Glicério.

Também uma arena de esportes radicais na região da Luz executado pela Administração da Sé e Secretaria de Esportes. Mais três UPAS e um hospital para a região do Centro. Aqui na região da Sé circulam cerca de 3,5 milhões de pessoas ao dia e desse número – fizemos uma pesquisa – 1,5 milhão circula na região da Liberdade.

Observamos que a Administração da Sé não conseguiu realizar nem 40% das metas estabelecidas pelo Prefeito Haddad e também pela Subprefeitura da Sé. As calçadas do Centro da Cidade, para o munícipe trafegar em cima de uma calçada dessa precisa ser superatleta, porque encontra poste na calçada, árvore mal plantada, buracos, pontas de vergalhões das empresas que fazem algumas obras e deixam tudo esburacado, pontas de vergalhões em cima das calçadas. É um verdadeiro caos que vem também dos outros

Governos.

Quero saber se com o corte da peça orçamentária da Subprefeitura, porque a nossa tese seria aumentar os orçamentos das subprefeituras para pelo menos para 3 bilhões. Também, Vereadores, acho um absurdo a Secretaria das Subprefeituras não estar presente neste debate. Esteve e saiu, mas tinha de estar acompanhando o debate. Sou até contra a extinção dessa Secretaria porque não sei qual o papel dela. Acho que o objetivo é construir um Conselho da Cidade forte, com a participação dos 32 subprefeitos, a sociedade civil, o Executivo, Legislativo, empreendedores e empresariado juntos. E a extinção dessa Secretaria, porque não sei qual o papel dela na cidade de São Paulo. Deveria estar presente neste debate, mas já se ausentou.

Então queria saber quais são as dificuldades que a Subprefeitura terá aqui na cidade de São Paulo, com a diminuição do orçamento para executar essas obras.

Além disso, o Centro de São Paulo anda sujo. Não sujo por moradores, mas sujo de lixo mesmo. A Subprefeitura deveria desenvolver um programa na mídia escrita, falada e televisiva de educação para o cidadão. São mais de 10 milhões de bitucas de cigarro jogadas no Centro. Só bituca de cigarro. Então acho que deveria ser promovida uma campanha entre a Prefeitura e a Subprefeitura da Sé para o cidadão jogar o lixo em lixeiras e não nas calçadas.

Vou terminar por aqui. Muito obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira, do Movimento de Resistência Pró Orçamento Participativo.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Bom dia. Mais uma vez, Presidente Jair Tatto, relator da parte das subprefeituras; representantes da Coordenadoria de Administração e Finanças da Subprefeitura da Sé; população e subprefeitos presentes.

Falar da Sé é falar de uma região muito estratégica, é falar de oito distritos extremamente importantes. Eu faço questão de mencioná-los pela importância histórica, pioneira, pela importância na formação da cidade, da gênese de quase cinco séculos da cidade

de São Paulo. São eles: Bom Retiro, Consolação, Bela Vista, República, Santa Cecília, Sé, Cambuci e Liberdade. Liberdade é o segundo mais antigo distrito da cidade de São Paulo, perdendo apenas para a Sé, e é conhecido como sede de baixo.

Sem delongas, vamos às questões: é muito triste ver que o Orçamento para 2016 não cumpre a Lei Orgânica do Município. Na Lei Orgânica há um sábio artigo que prevê as dotações detalhadas, não só por temas e obras, como também por território. Dos oito distritos que acabamos de citar, nenhum está citado ou detalhado quanto à obras importantes da região da Sé.

Precisamos saber, por exemplo, há uma verba a ser aprovada, para o ano que vem, de 3,7 milhões para drenagem. Queremos saber aonde vai ser aplicada na região da Sé. É no Tamanduateí? Qual local será contemplado com a obra de drenagem?

Também tomamos uma grande susto ao ver que a verba para Melhoria de Bairro na Subprefeitura da Sé foi reduzida para 348 mil reais. Eram 600 mil, nada foi executado, e há uma redução, e repito: são oito distritos. A verba para a acessibilidade também foi reduzida para 248 mil reais. A verba era maior, nada foi executado, e como já falei em outras intervenções, ainda foi reduzida para 248 mil reais. Se dividirmos por oito distritos, praticamente não dá 50 mil reais para cada um deles. Então, a situação para o ano que vem é muito grave.

Queria falar do Fundurb na parte das subprefeituras, que é pior ainda! A gente toma um susto quando consulta a verba para o ano que vem, vê que na dotação Requalificação Bairro Centralidade, a dotação para toda a cidade é de mil reais, é simbólica. Quer dizer, nada será feito. Situação semelhante quanto à reforma para acessibilidade nos passeios públicos, mil reais para a cidade inteira, isso de Fundurb atinente à Secretaria de Subprefeituras. Realmente, é lastimável.

Minha última pergunta é em relação à Operação Urbana Centro. Qual o projeto para o ano de 2016 para Operação Urbana Centro? Essa é uma das operações urbanas mais

antigas da cidade e, pelo visto, para a área da Habitação não saiu um centavo, nos últimos 20 anos.

E quanto à Operação Urbana Água Branca, há alguma repercussão? Essa é uma área divisa com Santa Cecília, há alguma repercussão na estrutura da Subprefeitura da Sé?

Era isso, obrigado.

O SR. NILTON DE SOUZA MARTINS – Vou responder primeiro ao senhor que me perguntou em relação às UPAs. Como é construção, a Subprefeitura fica muito limitada pra fazer qualquer tipo de construção porque é uma área para Zeladoria. Esse é um ponto muito importante para ser discutido e isso não está na nossa alçada.

Com relação ao desenvolvimento do programa de limpeza que você citou, é muito importante. A conscientização da população ajudaria muito à Zeladoria da Sé. Como você mesmo disse, há uma circulação de três milhões de pessoas. Então tem que doutrinar as pessoas a jogarem o lixo aonde deve ser jogado. Quando isso não acontece, temos de aumentar muito a nossa demanda de serviço. Então a Sé é lavada todo dia, à noite. Se você passar lá, há um caminhão lavando tudo, deixando tudo limpo para o dia seguinte. É uma demanda, é um esforço muito grande manter a Sé num padrão de limpeza adequado, e como a circulação é diária e constante, isso fica muito difícil.

Com relação aos passeios públicos, está sendo feita a reforma de alguns dentro do centro, mas como há entrada de caminhão, de carro forte, enfim, caminhões com peso considerável, eles acabam danificando o piso. Conforme o carro vai entrando, vai cedendo e vai quebrando mesmo. Temos de ter uma constante manutenção. Às vezes passamos num lugar, está quebrado e está quebrado porque passou um caminhão e quebrou. Se fosse apenas circulação de pessoas, não quebraria. Por isso é que a manutenção é constante. E está sendo reformada, está havendo recapeamento de algumas calçadas, e isso foi determinado pela Subprefeitura.

Com relação à drenagem, é feito um estudo pelos nossos engenheiros que

determinam onde será cada drenagem. Por exemplo, debaixo do túnel, central, é preciso que haja drenagem muito considerável porque... Não lembro o nome, não consigo de cabeça. Mas ali é preciso drenagem e o custo é alto para não ter alagamento. Então a Subprefeitura faz estudo nos pontos importantes para que isso seja feito. Assim é direcionado.

Com relação a verba Fundurb, você fala que são mil reais simbólicos, e é isso mesmo. No decorrer do ano, eles vão aprovando verbas, projetos em que há interesse e vai fazendo aporte para as subprefeituras, e assim foi feito para nós. Eles aprovam no decorrer do ano, fazem o aporte da verba do projeto que foi aprovado para que então executemos. Como são muitas subprefeituras, eles vão fazendo para cada uma. Então, aprovou esse? Então a gente libera para esse.

Operação Urbana Centro, para ela estamos aguardando a chegada de um estudo para definirmos se virá verba da Prefeitura para termos condições de execução e de dar apoio necessário ao Centro. A Subprefeitura está aberta à discussão para atender, para apoiar. Isso, para nós, é muito importante para que tenhamos a Operação Urbana Centro. Nós trabalhamos focando isso na Subprefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não há nenhuma consideração? (Pausa)
Agradeço ao Sr. Nilton.

A próxima Subprefeitura é a do Ipiranga. Contamos com a presença da Sra. Edna Diva Mioni Santos, que está com a palavra. Muito obrigado pela sua presença.

Serão registrados os subprefeitos que compareceram e os que mandaram representantes, não desmerecendo os representantes, mas passarei informação ao Presidente e ao relator geral do Orçamento.

A SRA. EDNA DIVA MIANI SANTOS – Estou atendendo a um convite dos Srs. Vereadores, com muito prazer.

Quero dizer que estou há 26 dias como Subprefeita e, portanto, trouxe o meu Coordenador de Finanças, Yves, para que possa ajudar. De qualquer forma, tomei

conhecimento da peça orçamentária deste ano. Estamos atendendo metas, as que foram possíveis de serem feitas. Acho que uma porcentagem grande dessa meta já foi cumprida.

Tivemos algumas emendas parlamentares, um total de 750 mil reais. E somente uma obra não foi efetivada por problemas técnicos, as demais foram feitas e liberadas.

Tivemos realmente alguns congelamentos, e o Yves até vai poder detalhar melhor, mas houve um congelamento sim no item 11.70, melhorias de bairro. Até o momento foram liberados cerca de 40% do total, que seria, mais ou menos, na faixa de um milhão. É isso?

Para o ano que vem foi feita uma peça e acreditamos que, no decorrer do ano, nós sempre pediremos mais para a continuidade de obras ou outras que forem solicitadas.

Se vocês me permitirem, eu gostaria de passar a palavra para o Ives, para que ele pudesse detalhar.

Muito obrigada.

O SR. IVES CAMPOS - Bom dia a todos, Vereadores Jair Tatto, Aurélio Nomura, nós dividimos, para a presente apresentação, algumas das nossas principais atividades: na administração da unidade, no ano de 2015, nós temos 22 milhões; em 2016, 22 milhões. Na zeladoria, 15 milhões, em 2015; 16, em 2016. Emendas, ainda não temos, os Srs. Vereadores vão mandar; em 2015, foi de 750 mil reais. Em infraestrutura, foram orçados 8 milhões, em 2015; contra 1,300 milhão, em 2016. Administração de Conselhos, no ano passado tivemos 270 mil reais; para o próximo ano, R\$ 12.500,00.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Não há inscritos para a Sub Ipiranga.

Tem a palavra o Vereador Aurélio Nomura para suas ponderações.

O SR. AURÉLIO NOMURA - De uma maneira geral, nós estamos vendo realmente que é lastimável a situação que vem acontecendo com todas as subprefeituras.

No Orçamento deste ano, além daquele aumento, o reajuste que houve, a Comissão de Finanças conseguiu aportar mais recursos. Nós retiramos de vários locais, conseguimos mandar ainda para a Subprefeitura do Ipiranga, mais um milhão de reais. Parece-

me que essa questão ficou congelada.

Gostaria de indagar a respeito dessa primeira questão, porque foi mais um milhão de reais para outras intervenções, ficou congelado, parece-me que está contingenciado, até agora.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Já liberou? Na semana passada.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. AURÉLIO NOMURA – A outra questão, eu gostaria de perguntar qual é o valor que a Subprefeitura do Ipiranga encaminhou para a Secretaria da Coordenação?

Também temos aquela questão, por exemplo, volto a falar, do orçamento das 32 subprefeituras, que foi reduzido em 300 milhões, onde que vocês tiveram que fazer esses cortes?

Estamos vendo, também, com relação ao projeto de intervenção, urbanização e melhoria de bairros, planos de obras e tudo, o que verificamos é que, no Orçamento de 2015, existia a previsão de 18,5 milhões, mas foi liquidado apenas 1,8 milhão. Então quase absolutamente nada foi executado, ou seja, uma baixa execução.

Onde impactou ainda mais a Subprefeitura?

Essas seriam as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tato) - Tem a palavra o Sr. Fabio Siqueira.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Obrigado, Vereador Jair. Vereador Nomura, Subprefeita Edna, Sr. Ives, da Coordenadoria de Finanças, do Ipiranga, Cursino e Sacomã, região bastante importante e histórica na Cidade.

Quero iniciar comentando da redução do orçamento geral da Subprefeitura.

Esta Casa aprovou, em 2014, para 2015, a verba de 47,5 milhões para o Ipiranga. O orçamento apresentado para 2016 cai para 40,7 milhões, ou seja, há uma diferença de 6,8 milhões de cara. É lastimável, porque, em 2015, já não foi feita muita coisa ou quase nada, em

vista da própria dotação melhoria de bairro ter sido congelada, ter sido praticamente emperrada; e agora muito menos, porque se vai haver 6,8 milhões a menos, mesmo considerando emendas e tudo que possa aumentar esse valor, é muito insuficiente. Está muito abaixo, em uma região carente, principalmente como Heliópolis, que é distrito de Jaçanã e como Boqueirão, que é distrito Cursino; tanto que há dois CEUs lá, em Parque Bristol e Meninos. Então, é uma região muito carente da zona Sudeste, Sul de São Paulo.

Queria fazer uma pergunta específica, recordando aqui a meta do plano de metas nº 50, de tornar acessíveis 850 mil metros quadrados de passeios públicos. O Ipiranga é uma das regiões onde há mais idosos nesta Cidade. É uma região inclusive de protagonismo do segmento idoso historicamente, principalmente o distrito de Ipiranga, Vila Monumento e Vila Deodoro. Então, é prioritário para a região da Subprefeitura do Ipiranga sair do papel a acessibilidade. Parece que para o Sr. Prefeito não é, porque a verba para o Ipiranga é apenas de 218 mil reais, segundo o pequeno detalhamento aqui do orçamento para 2016.

Então, eu queria saber: Nesses três anos, quanto foi tornado acessível de passeios públicos na Subprefeitura do Ipiranga, e se vai ser suficiente para o ano que vem completar ou ampliar essa meta com apenas 218 mil reais, que está sendo previsto para a região Ipiranga, Sacomã e Cursino?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tattó) – Tem a palavra o Sr. Ives Campos.

O SR. IVES CAMPOS – Nobre Vereador Aurélio Nomura, eu já aproveito e respondo a primeira questão. Foi pedido em torno de 52 milhões mais ou menos. Houve os cortes. A gente sempre pede a mais um pouco e não exagerado, por conta de perna mesmo a questão que o Sr. Subprefeito de Perus e funcionários colocaram aqui. Quanto ao orçamento da Câmara, foi mandado 1,7 milhão. Setecentos mil a gente já está em fase de aprovação de S-Urb, da utilização das atas, e um milhão e gente conseguiu mandar para Spua(?). Então, eu só não tenho o detalhe das avenidas lá, de onde vai ser no bairro.

Quanto aos cortes do total lá, houve um corte de 500 mil reais em zeladoria. O

principal lá - havia uma sobra contratual - foi no serviço de drenagem do bairro lá, que era o contrato de hidrojatos, se não me engano, e, aproveitando a sazonalidade, a poda e a remoção, pois a gente utiliza menos equipes.

Quanto ao congelamento da 11-70, ela perdurou o ano inteiro. Foi liberado agora. Inclusive, a verba que veio da Câmara veio. Setecentos mil veio para 11-70. Até então, havia sido liberados só 200 mil reais na 11-70. As outras dotações de infraestrutura, que são de pavimentação, reforma, acessibilidade e passeios públicos, perduraram congeladas o ano inteiro.

Quanto à indagação do Sr. Fábio, quanto à redução, realmente a gente necessita de mais recursos lá, desde que sejam liberados - igual ao que foi colocado pelos outros coordenadores aqui - mais no início do ano, para que haja perna para a gente fazer.

— Sr. Presidente, nobre Vereador Jair Tatto, torcemos aí para que renegociação da dívida lá, feita com o Governo Federal pelo Sr. Prefeito Fernando Haddad, coloque mais recursos na Cidade. Acho que vai ser possível isso.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. IVES CAMPOS – Em sendo liberado o quanto antes possível...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. IVES CAMPOS – O passe livre, o passe dos desempregados também.

Quanto à acessibilidade, Sr. Fábio, eu não tenho resposta do que foi feito lá, mas eu posso lhe receber lá. Eu posso mandar para cá um ofício, para V.Exas., para eu dar uma resposta. Eu vou levantar esses números. Eu não tenho esse número. Eu peço perdão.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu agradeço o Sr. Ives Campos e a Sra. Edna.

Não há oradores para falar sobre as Subprefeituras de Jabaquara e Santo Amaro.

Tem a palavra o Sr. João Carlos da Silva Martins, Subprefeito de Vila Mariana, para falar sobre a subprefeitura.

O SR. JOÃO CARLOS DA SILVA MARTINS – Bom dia a todos. Bom dia, Sr.

Presidente, nobre Vereador Jair Tato e nobre Vereador Aurélio Nomura. Eu não vou repetitivo, depois de ouvir os meus Colegas Subprefeitos e Subprefeitas, bem como os coordenadores de Finanças das outras subprefeituras; mas inicialmente eu queria falar rapidamente da estrutura de todas as subprefeituras. No caso da Vila Mariana, nós temos um problema na estrutura física, porque a subprefeitura está instalada num imóvel muito antigo, que depende de pequenas obras e serviços de manutenção. Quanto à questão dos servidores, eu estou há pouco mais de um ano na subprefeitura. Quando eu assumi, havia 189 servidores, entre efetivos e comissionados. Nesse tempo, pelo menos, houve doze aposentadorias; a média de um por mês.

Comenta-se muito aqui, nesta audiência, a questão de investimentos. Para investir, há a questão da licitação ou contratação, quando é o caso de utilização de atas; e depois a execução. Para isso, há a questão jurídica e a questão técnica. Eu acho que as subprefeituras precisam de um reforço na área jurídica. Acho não, tenho certeza. De forma geral, precisa de um reforço na área jurídica, pois nós temos, acho que em todas subprefeituras, diversos questionamentos do Ministério Público, do Tribunal de Contas, da Ouvidoria e da Controladoria. Esses questionamentos têm prazos, têm datas limites para serem respondidos, inclusive, em alguns casos, com audiências. Então, isso passa a ser prioridade do Jurídico. Isso acaba, às vezes, atrasando a questão de licitações e de contratos. Na questão técnica dos engenheiros arquitetos e agrônomos, nós dependemos deles nos termos de referência e da participação deles na comissão de licitações e na fiscalização. O número de engenheiros e arquitetos, em todas as subprefeituras, é muito pequeno.

Diversos profissionais com cargos muito antigos, com carreira na subprefeitura, estão se aposentando. Soma-se também essa questão da reestruturação da carreira dos engenheiros, arquitetos e agrônomos. É um pedido, é uma solicitação que a gente acaba recebendo desses profissionais.

Na Subprefeitura da Vila Mariana, em reuniões e audiências, a gente costuma

escutar: “É uma região que tem tudo. Não precisa de nada”. É uma região muito central. Há 350 mil moradores mais uma população flutuante de mais de um milhão de pessoas. Isso acarreta uma visibilidade muito grande para os nossos três distritos, Vila Mariana, Saúde e Moema, dependendo de uma manutenção, de uma zeladoria muito grande. Só o Parque do Ibirapuera... Recentemente eu até guardei uma reportagem da *Folha de S. Paulo*, dizendo que, em domingos e em finais de semanas ensolarados, 120 mil pessoas chegam a visitar o parque. Isso faz com que a gente tenha que ter um cuidado muito grande com aquela região, que é um cartão postal não da Cidade, mas do País, em termos de manutenção, porque nós temos, na subprefeitura, uma estimativa de 35 mil árvores e mais de 400 mil metros quadrados de grama. São 600 quilômetros de vias, todas pavimentadas. Em muitos casos, tanto as vias como a rede de drenagem são antigas. Então, dependem de uma manutenção. Há temos 159 praças. Então, realmente a Subprefeitura da Vila Mariana teria necessidade de um maior número de equipes de tapa buracos, poda e remoção de árvores, que é a maior solicitação na subprefeitura. Então, a gente precisaria de um número maior de equipes de podas e remoção de corte e grama.

Em termos de investimentos, o que nós estamos investindo, neste ano, é graças às emendas tanto da Câmara Municipal, dos Vereadores, que destinaram uma verba agora para todas as subprefeituras e uma emenda que nós tivemos de um Vereador.

Agora também queria destacar que houve um investimento na gestão Haddad. Por exemplo, em termos da Secretaria de Serviços, houve a inauguração de dois ecopontos. Foi assinado um contrato, uma reivindicação muito antiga da população da região, em relação ao Córrego Ipiranga e às enchentes decorrentes do transbordamento do Córrego Ipiranga. O contrato foi assinado em março. É um investimento de 160 milhões de reais com recursos do PAC. Já está em fase final de execução do projeto executivo e também a conclusão do licenciamento ambiental para início das obras efetivamente, em termos de obras físicas. Também houve a assinatura do contrato do córrego, da obra de drenagem do Córrego

Paraguay(?) e Éguas(?), que é para solucionar aquele problema no entorno do Tribunal de Contas do município, que também é um problema de anos e anos. É um investimento de 70 milhões. O contrato foi assinado também com recursos do PAC e já também está em fase de projeto executivo e licenciamento ambiental.

Estou à disposição de todos. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Aurélio Nomura.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Obrigado, nobre Vereador Aurélio Nomura. Lembro que o seu saudoso pai, Diogo Nomura, morava na região também da Saúde, na Rua Pajeú. Então, realmente V.Exa. conhece bastante a região de Vila Mariana, uma das mais antigas subprefeituras desta Cidade, Administrações Regionais. Saúdo o Subprefeito Joca Martins.

Sou morador há mais de 30 anos desta região e conheço um pouco algumas questões. Vamos, em primeiro lugar, dar os parabéns e registrar que a sua Subprefeitura foi a que melhor executou o orçamento até 30 de setembro com 54,4%. Mesmo com todos os problemas, V.Exa. conseguiu registrar a melhor execução. E falo de novo, comparando com Sapopemba, 28,8, realmente, a população de Vila Mariana está em melhor condição na estrutura à população de Sapopemba, a própria Teotônio Vilela está sofrendo nas mãos desse Sr. Fernando Haddad. É lastimável.

Também queria saber da verba específica para Vila Mariana em relação às drenagens. No ano que vem, a verba destinada é de 2,1 milhões de reais. V.Exa. acaba de dizer que o Córrego Paraguai e o Córrego das Éguas, aliás, demanda importante, que estava no Plano de Metas do Prefeito Kassab e ele não cumpriu, vamos torcer que no último ano da gestão Haddad seja cumprida, parece que não vai sair desta dotação, é uma dotação geral e queria saber que secretaria vai assumir as obras do Córrego Paraguai e do Córrego das Éguas, como também a obra do Córrego do Ipiranga.

Também queria saber da dotação, o Plano de Obras, melhoria de bairros, foi

reduzida para sete mil reais, especificamente para Vila Mariana. Acho que nada vai sair porque, realmente, já foi pequena a dotação de 2015 e nada foi liquidado, como falei na audiência pública no Colégio Santa Amália, em agosto deste ano, na sua presença. Parece que com sete mil não há muito que se fazer para o ano que vem. É lamentável porque a população de Vila Mariana ficará bem desassistida nesse sentido. Aliás, da cidade de São Paulo, essa é uma das menores dotações.

A dotação 1169, reforma e acessibilidade de passeios públicos, foi destinado apenas sete mil reais para a Vila Mariana sendo que tem bastante população idosa lá. É muito discrepante que o Ipiranga tenha 218 mil e a Vila Mariana só seis mil.

Realmente, é lastimável o que a população idosa de Vila Mariana sofrerá com essas calçadas alquebradas de Vila Mariana, Moema e Saúde.

Aproveito para perguntar da meta 50, quantos mil metros quadrados de passeios públicos foram acessíveis nesses três anos? Só, especificamente, Vila Mariana, Moema e Saúde. Parece que com essa dotação de seis mil reais para o ano que vem vai parar tudo.

Como vai parar também o Conselho Participativo porque só foi previsto na dotação 2803, específica para Vila Mariana, Operação e Manutenção dos Conselhos e Espaços Participativos Municipais, mil reais.

Quer dizer, o Conselheiro que está aqui e é da Comissão Eleitoral do Conselho Participativo que terá eleição, parece-me, dia 4 de dezembro, já tem de avisar aos conselheiros que para o ano que vem haverá somente mil reais para Vila Mariana, Saúde e Moema. Isso é uma brincadeira, não é? Mil reais! Virou simbólico.

Com certeza, o Prefeito Fernando Haddad acha que a participação popular é simbólica em São Paulo por não ter devolvido ainda a Coordenadoria do Orçamento Participativo, como a Prefeita Marta Suplicy deixou organizada. Mais uma vez, esse conselho consultivo, que nada tem a ver com o Orçamento Participativo, mil reais parece realmente que vai virar fábula, vai virar fantasia, infelizmente.

Não é a toa que não há nenhum conselheiro aqui da Vila Mariana para discutir orçamento. Realmente, a situação é muito triste nesse aspecto da participação popular na Vila Mariana.

São essas as perguntas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tutto) – Muito obrigado, Fábio.

Próxima inscrita, Sra. Alda Maria Gomes.

A SRA. ALDA MARIA GOMES DE ANDRADE – Bom dia a todos.

Quero falar do que aconteceu há 10 dias na Avenida Lins de Vasconcelos com aquelas chuvas fortes. Tem umas árvores que ficam enrolando nos postes e houve uma forte de chuva que arrebentou e deu até uma faísca, ficamos 12 horas sem luz. Uma senhora não pode nem sair de casa e nem descer o elevador. Eu gostaria que vocês vissem essas ruas que têm muitas árvores enroladas. Tem na Indianópolis. Eu conheço vários bairros, eu conheço a Vila Mariana porque foi onde eu me criei e estamos sempre vendo isso. Gostaria que vocês vissem isso. Essa é a minha sugestão.

E também tem algumas ruas que precisam calçar na Vila Mariana porque está um problema. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tutto - PT) – Passo a palavra para o nobre Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Obrigado, Sr. Presidente. Queria cumprimentar mais uma vez o Subprefeito João Carlos e falar a respeito do Córrego do Ipiranga.

O Córrego do Ipiranga possui o projeto de drenagem mais antigo da história de São Paulo e que não foi resolvido até hoje. Há mais de 30 anos estamos discutindo, colocamos mais 200 milhões, acho que muito mais do que isso.

Lembro-me de estar acompanhando e a questão estava atrelada ao DAEE, ao SIURB até houve a necessidade de se fazer um piscinão, mas aquela área preliminar do piscinão foi ocupada pelo shopping e depois por um supermercado. Imaginava-se fazer um

piscinão próximo à ponte que da Avenida Bandeirantes, próximo à escola de samba.

Em primeiro lugar, gostaria de saber a respeito desse projeto. É um projeto que estava tendo muita dificuldade para decolar, mas o que me deixa impressionado são os valores: 160 milhões. Está incluído o piscinão? Pretende-se alargar? Porque se alargou o Córrego Ipiranga somente em um trecho mais próximo ao Museu do Ipiranga, mas grande parte que vimos na Avenida inclusive está caindo, está tendo um problema da necessidade de se fazer uma intervenção mais urgente.

Existe a previsão do alargamento? V.Exa. falou que esse projeto já foi concluído, aprovado, contratado pelo PAC. Temos condição de ter acesso a esse processo para que possamos debater e fazer o acompanhamento necessário?

A senhora aqui estava falando com relação à poda de árvore. Temos um problema na Vila Mariana.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Qual a necessidade para atender essa demanda que está represada? Há muito tempo a Prefeitura não aporta recursos suficientes para termos uma equipe de poda, de conservação nessa área.

Também tem, como foi falado, a questão da acessibilidade. Deixam-nos preocupados os valores que estão postos, mas é bom que se diga que para reforma e acessibilidade de passeios públicos, em 2014, foi lançado 19,5 milhões, mas zero liquidado; 2015, 19.7 e nada liquidado. Então o que nos deixa preocupados é principalmente para este ano, que está previsto de uma maneira geral, não estou falando a nível de orçamento da secretaria, 21 milhões, quer dizer, até aumentou os valores, mas a seguir o que foi efetivamente executado nos deixa preocupado, principalmente na Vila Mariana, porque lá nós temos um número extremamente alto de idosos e é só andar por ali que vemos a necessidade e a urgência de trabalhamos com essa questão.

Essas seriam as minhas ponderações.

O SR. – Que nem o Vereador Nomura citou, essa questão do Córrego Ipiranga é uma questão e uma reivindicação da comunidade da região de 30 anos. Eu sou engenheiro efetivo da Prefeitura. Antes de assumir a Subprefeitura da Vila Mariana eu trabalhava em Siurb, em obras de drenagem, e todo ano, não vou dizer todo ano, mas frequentemente existiam obras de emergência na extensão do Córrego Ipiranga. Todos nós sabemos que obras de emergência acabam saindo mais caro para a Prefeitura. Então essa reivindicação de 30 anos. Em março desse ano, foi assinado o contrato, é um consórcio da FBS-Coveg, eles já estão se instalando na região em termos de procura de área para instalação do canteiro de obras, o projeto executivo já está elaborado, o licenciamento ambiental, que a gente sabe que é uma etapa demorada e muito difícil, está concluído. Agora, é uma obra cujo contrato é de Siurb. É fiscalizado por Siurb. Eu sei, o piscinão, vai existir um piscinão ao lado, naquela rotatória ao lado da Escola de Samba Barroca Zona Sul, até estão vendo a questão da mudança da escola, estão estudando. Essa obra está contratada e está em andamento. Muitas vezes os municípios perguntam: “Mas não estou vendo nada”. É porque uma obra desse porte, de início tem providências de projeto e licenciamento. E o Paraguai/Éguas também é uma obra de Siurb, também contrato assinado, é consórcio Tiisa/Compec Galasso, é uma obra de 70 milhões, já tem também um reservatório que vai ser na área interna do Tribunal. Teve que se discutir com o Tribunal a localização. Eu entendo que o Prefeito atacou de frente esses dois problemas, porque os contratos estão assinados, estão em andamento, tanto o Paraguai/Éguas como o Ipiranga, dois contratos com consórcios capacitados e o contrato em andamento.

Quanto à questão de árvores, a senhora tem razão, nós temos 35 mil árvores lá. A nossa secretaria, através do Secretário Medeiros, até porque no final do ano a subprefeitura foi atingida naquele 29 de dezembro, com aquele vendaval, nós tivemos mais de 300 ocorrências na Vila Mariana. Então houve um reforço de verba de zeladoria, e estamos agora com seis equipes de poda e remoção. O ideal é que permanecesse durante o ano essas seis. Se

permanecesse as seis equipes seria suficiente. Para o mato são outras equipes, e nós temos três equipes. Porque a questão do mato, por exemplo, nós temos agora nesse final de semana a Fórmula 1, então milhares de turistas vão visitar a nossa cidade e nós temos a obrigação de deixar a cidade em condições de receber esses turistas. Ali, nosso eixo Norte-Sul, 23, Rubem Berta, Moreira Guimarães que, além de ser o caminho para o autódromo, tem o aeroporto de Congonhas. Então, nesse período, não só Vila Mariana, mas Sé, Ipiranga, Santo Amaro, Jabaquara e Capela do Socorro, principalmente, estão destinando seus recursos para deixar em melhores condições para receber esses turistas que vão comparecer no final de semana.

Agora, do Conselho Participativo, Fábio, aliás, quero lhe dar os parabéns, porque, além de ser de nossa região, ele é muito atuante em todas as audiências públicas de Orçamento ele comparece e apresenta sugestões, acontece que o Conselho Participativo tinha uma verba de R\$ 20 mil esse ano e não gastou nada. E a decisão é deles. Essa verba nós não podemos interferir. Eles não gastaram. Então, talvez, finanças fez uma projeção, mas eles realmente não utilizaram e não devem utilizar, porque acho que faltam 45 dias de mandato.

A questão de calçadas também está em fase final, será licitado pela nossa Secretaria, aí envolve Sé, Vila Mariana e Itaquera. No caso da Vila Mariana, no entorno do parque Ibirapuera, é recurso do PAC Turismo, são R\$ 4 milhões para execução de toda a calçada no entorno do parque. A licitação vai ser feita pela Secretaria porque vai envolver também – não sei exatamente – a região central em termos de acessibilidade, calçadas da Sé. E em Itaquera, por causa da região do Itaquerão.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Só uma coisa, pelo que estou vendo, no entorno do parque do Ibirapuera, não há necessidade de se fazer reformas das calçadas. Acho que as calçadas, salvo melhor juízo – até hoje vou dar uma olhada lá –, parece-me estarem adequadas. Nós temos situações muito mais difíceis para serem resolvidas, do que no entorno do parque do Ibirapuera. Muito embora, claro, tenha um fluxo de turismo e tal, mas me deixa essa preocupação.

É só ir para a Vila Mariana que nós vamos verificar, principalmente nas descidas e subidas, aquelas escadas que nem a gente consegue andar pela calçada. Não seria lógico nós atacarmos essa questão?

E, até finalizando, sobre outra questão que o senhor falava, com relação aos investimentos feitos no córrego do Ipiranga, gostaria de saber de onde vem os recursos. Vêm da fonte Governo Federal ou Municipal, pois o que temos visto é que, infelizmente, a baixa execução que tem, quando depende de recursos federais e, principalmente, agora, que estamos enfrentando momento de crise que não está se pagando quase absolutamente nada, não está investindo recursos para ninguém – para São Paulo, por exemplo, há três anos que não vem absolutamente nada -, a execução e o repasse não chegam a 10% do que consta dentro do Orçamento. E isso nos deixa preocupado.

E também qual a contrapartida da cidade de São Paulo com relação a isso?

O SR._____ - Em relação ao Ipiranga, são recursos do PAC Drenagem do Ministério das Cidades. Quanto ao desembolso não tenho esse controle porque a obra não é fiscalizada pela Subprefeitura, é Siurb.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Mas, São Paulo, a Prefeitura vai aportar quanto de recurso?

O SR._____ - Não tenho essa informação.

E em relação a calçadas, quem viabilizou esse recurso foi a Secretaria dos Portadores de Deficiência e o que estava disponível era nesse recurso do PAC Turismo. Então, aí, não teria de ser numa área turística que, no caso da Vila Mariana, foi escolhido o parque do Ibirapuera. Eu acho também que é uma questão da verba federal, que era destinada ao turismo.

Na verdade, essa licitação atrasou porque vem já da gestão passada, e era para ser viabilizada para a Copa do Mundo. Até nós imaginávamos que, como não havia sido efetivada a licitação e o início dessas obras, talvez os recursos não seriam mais

encaminhados. Mas, como o ano que vem tem a Olimpíada, o processo continuou e está em fase de licitação pela Secretaria.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Volto a perguntar mais uma vez: o senhor acredita que virão recursos federais, porque até hoje não vieram. Até hoje não tivemos recursos federais, nós recebemos 9,8 do que foi projetado esse ano, até a presente data. Então, absolutamente nada. Nem 10% do que estava previsto a nível de recursos federais. Estamos vendo que não tem absolutamente nada.

A preocupação que temos, exatamente, é, um projeto como esse, tão importante, e o senhor o conhece melhor do que eu - até pela sua função e por ser funcionário de carreira –, da necessidade do córrego do Ipiranga.

Então me deixa preocupado porque os recursos, basicamente, pelo que estou vendo, dependem de verbas federais. Na situação atual, com relação ao déficit que o Governo Federal está enfrentando – de 30 foi para 60 – e agora estamos falando em 120, além das pedaladas que têm, e aí, incluem a Caixa Econômica e tudo. De onde virão os recursos? Só do Governo Federal? Não tem aporte da Prefeitura de São Paulo?

O SR. _____ - É, mas eu acho que o importante é o contrato assinado, o licenciamento, aprovado o licenciamento ambiental, porque nós temos, vejam, essas obras são obras longas e, geralmente, existem aditivos de prazo. Vamos ver a questão do Ponte Baixa, que é uma obra de drenagem que foi assinada há muitos anos, vinda de outra gestão, e se deu continuidade, na gestão do Haddad. Então fico feliz, pelo menos, do contrato estar assinado e em andamento.

Claro que, no início, os valores são menores e, pelo que converso com os fiscais, o desembolso está sendo pago para esses serviços iniciais.

- Manifestação fora do microfone.
- Reassume a presidência o Sr. José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem. Sacomã e Ipiranga?

(Pausa) Muito bom. Então nós vamos... já foi a do Ipiranga? (Pausa) Vou pedir para a assessoria.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Concluído? (Pausa) Deixe-me agradecer ao Subprefeito João Carlos da Silva Martins, mais conhecido na Prefeitura como Joca. Obrigado pela participação. Agradecer também aos Vereadores Aurélio Nomura e Jair Tattó que conduziram, até agora, nossos trabalhos.

Fiz a abertura com o Secretário de Subprefeituras, o Secretário Adjunto e também com o nosso Superintendente da SPUA. Tinha um compromisso na Secretaria de Transportes, me comprometi a chegar aqui antes do meio dia e conseguir chegar, nesse momento.

Vou chamar agora o Subprefeito do Campo Limpo. Não sei qual foi a ordem de chegada, mas temos aqui como informação de presença, então, peço que todos venham e componham a Mesa conosco. Pedirei a suspensão dos trabalhos por dois minutos, para nos organizarmos.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Reabertos os nossos trabalhos, chamo o Subprefeito Antonio Carlos Ganem, que está acompanhado do Coordenador de CAF, e da Coordenadora dos Coordenadores de CAF, Sra. Dione e o Sr. Antonio Alves da Silva, todos de Campo Limpo.

Também vou pedir para vir compor a Mesa conosco a equipe da Subprefeitura da Capela do Socorro: Sr. Ricardo Padula de Moraes e a Sra. Emília, que é Coordenadora de Administração e Finanças – CAF. Assim como já peço ao Subprefeito da Cidade Ademar, Sr. Francisco Lo Prete Filho, já vir cumprir conosco para permitir mais dinâmica e também para ajeitar os espaços e aproveitar o plenário, pois depois quem escuta sou eu. Aproveito para convidar também o Sr. João Vicente Paione. Chamarei também o Sr. Márcio Luiz da Costa,

que é Chefe de Gabinete da Subprefeitura do M' Boi Mirim.

Peço que os Subprefeitos e os representantes ocupem seus lugares à Mesa e as equipes que o assessoram fiquem próximos, sem ocupar a Mesa, assim as autoridades todas ficam à Mesa e damos a dinâmica com todos os Subprefeitos e representantes. Então para compor a Mesa Subs e representantes, e, próximo, mas no plenário, as equipes. (Pausa)

E para que deixemos, apenas para lembrar, as informações ao público que nos assiste: essa reunião está sendo transmitida pela internet, então, não só aqueles que nos acompanham pessoalmente, mas, nesse momento, estamos ao vivo, e isso permite a muitos outros acompanharem esse nosso diálogo e debate.

Apresento a vocês, àqueles que não conhecem, a equipe da Subprefeitura que está aqui: Subprefeito de Campo Limpo Antonio Carlos Ganem, acompanhado do Antonio Alves e da Dione, obrigado aos dois que o acompanham; do lado direito do Ganem, esquerdo para quem nos observa, está Márcio Luiz da Costa, Chefe de Gabinete da Subprefeitura do M' Boi Mirim, porque o Subprefeito Antonio do Amaral está em férias e por isso é ele que está com a gente. Na ponta direita, para quem está na mesa e na esquerda para quem está nos observando, está o nosso Secretário da Cidade Ademar, Francisco Lo Prete Filho, acompanhado do Coordenador de Finanças, e do nosso lado esquerda, além dos nossos dois colegas, os Vereadores Jair Tatto, que é nosso relator, que volta a compor Mesa, também o Vereador Aurélio Nomura, e ao lado do Vereador Aurélio Nomura a gente vai encontrar a equipe da Subprefeitura da Capela do Socorro. Portanto, a gente tem o Ricardo Padula de Moraes, Chefe de Gabinete, e a Coordenadora de Administração e Finanças, a Emília.

Vou explicar, mas vocês já sabem a dinâmica, que é uma brevíssima apresentação dos números por parte das subprefeituras, que possa contextualizar um pouco o exercício 2015 e a projeção 2016, que possam reduzir dúvidas que possam ser geradas na apresentação dos números de 2016 nessa relação dos números que vem sendo executados e aqueles que a administração pretende transferir para a atividade de vocês descentralizadamente. Depois

disso eu vou abrir a palavra ao nosso relator, que é o Vereador Jair Tatto, que não só é relator da coordenadoria, da secretaria, como de todas as subprefeituras. Depois do Vereador Jair, o nosso colega Vereador Nomura e a gente volta a palavra para vocês.

Eu vou perguntar ao relator se ele prefere que sejam apresentações individualizadas ou se eles fazem todas e volta para o senhor, porque eu fiz questão de compor a mesa por conta do nosso tempo. Então temos aqui quatro subprefeituras.

O SR JAIR TATTO – A minha sugestão, acho que foi até por que nós marcamos várias no mesmo horário, então achei pertinente a sua sugestão e se o nosso Vereador Aurélio Nomura, que tem acompanhado quase desde o início também, cada um poderia fazer uma breve exposição, porque os assuntos são muito parecidos, pelo que a gente tem percebido. Então não teria problema nenhum que cada um fizesse a exposição de cada sub e aí a gente abriria para as perguntas e nossas considerações também.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Então eu vou seguir a apresentação. Campo Limpo começa com a exposição e assim a gente segue como foi apresentado. Tem a palavra em até dez minutos. Uso o tempo que for adequado para sua explanação inicial, com toda liberdade.

O SR. ANTONIO CARLOS GANEM – Bom dia a todos. Sou engenheiro da Subprefeitura do Campo Limpo, sou engenheiro efetivo de carreira, estou praticamente há 30 anos na Prefeitura e estou voltando ao Campo Limpo, como já tinha sido funcionários por 15 anos; fiquei 15 anos na Subprefeitura do Butantã, e estou voltando agora, a partir de março, praticamente sete meses. O assunto, como é orçamento, nós temos aqui o orçamento de 2015 para fazer um comparativo com a proposta para 2016. A proposta para 2015 foi em torno de 48 milhões, 250 mil, o orçamento aprovado foi de 55 milhões, 300 mil e tivemos mais emendas de 9 milhões e 300, perfazendo um total de 64 milhões, 610, isso para o ano de 2015.

Para a proposta de 2016, a nossa necessidade seria em torno de 53 milhões, 846 mil. O parâmetro estabelecido pela Secretaria de Planejamento foi em torno de 45 milhões e

meio e o que foi enviado para a Subprefeitura do Campo Limpo foi em torno de 47 milhões, 482 mil. Então nós sentimos que a nossa necessidade não foi atingida na sua demanda, então estamos aguardando uma definição posterior em relação às definições de orçamento para ver como vai ser atingido nosso objetivo aqui em relação à necessidade.

Vereador, eu acho que já coloquei 2015, 2016, não sei se o senhor quiser fazer alguma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Perfeito. Vamos deixar para que depois de apresentado, tanto o relator como os Vereadores vão poder questionar, assim como o público que já se inscreve para este bom debate.

Agora vamos passar para o M'Boi Mirim.

Tem a palavra o Sr. Márcio Luiz da Costa, Subprefeito de M'Boi Mirim.

O SR. MÁRCIO LUIZ DA COSTA – Bom dia. Quando se propõe o orçamento, faz-se em cima de parâmetros da Secretaria de Planejamento, não podemos fazer o que quisermos. Acho que podemos dizer o que precisamos, mas existem os parâmetros, então, muitas vezes, o sistema nem aceita o envio do processo eletrônico se estiver acima dos parâmetros.

Então é óbvio e evidente que os 32 Subprefeitos vão dizer que as suas necessidades são muito maiores do que o que os parâmetros pautaram para a composição do orçamento. Duvido que algum Subprefeito falará: “Está ótimo, estou até com dinheiro a mais do que preciso”. Isso é fato. Há um problema financeiro que acredito não ser somente das unidades orçamentárias das Subprefeituras, mas de toda a esfera do Município. Acredito até que isso atinja outros Municípios, Estados.

Vou me ater à realidade do M'Boi Mirim. São 62 km², 3.200 ruas aproximadamente oficiais e cerca de 800 vias não oficiais. 70% da região é área de proteção do manancial do Guarapiranga. A região se expandiu nas últimas décadas com uma ocupação totalmente irregular, desregulamentada, e grande parte dos loteamentos são irregulares. Se olharmos a

paisagem do M'Boi Mirim, sem demérito, lembra o Iraque: construções sem acabamento; o relevo é extremamente acidentado, porque a região está encostada na Bacia do Guarapiranga e há muitos córregos, boa parte das nascentes já assoreadas; escassez de áreas públicas.

Devido ao relevo acidentado, há inúmeras vielas, escadinhas. No passado, havia uma escada hidráulica numa região que foi ocupada, então virou escada de acesso das pessoas, a água desce por outro lado. Por isso, é a região com maior número de áreas de risco da Cidade. São 50 áreas de risco alto e muito alto, segundo laudos do IPT. Boa parte dessas áreas já tiveram seus moradores removidos, mas o risco continua existindo. Também há áreas de risco médio, que são muitas.

Muitas vezes, aquilo que entendemos como zeladoria básica da Cidade não consegue sequer atender essas regiões. Há lugares onde não se sobre o hidrojato; há ruas onde não há como fazer tapa-buraco, porque não há pavimento; há ruas onde não há como fazer nenhum serviço de drenagem porque não têm o sistema de drenagem instalado. A pavimentação também é muito complicada de se fazer porque são áreas de proteção ambiental. Por exemplo, teve uma rua onde precisava fazer a pavimentação e o custo para fazer a pavimentação dessa única rua era de R\$ 8 milhões. Deve haver umas 400 ruas nessa situação na região.

Paralelamente a isso, há uma área de estrutura urbana consolidada, dos bairros mais antigos, que sofre ao longo do tempo, como toda a Cidade deve estar sofrendo, um envelhecimento constante. Cheguei a fazer um levantamento com o meu setor de obra sobre o número de afundamentos de galerias ao longo dos últimos anos, e percebemos que a cada ano o número aumenta um pouco. Isso significa que o sistema está ficando envelhecido e cada vez afundará mais. A mesma coisa acontece com o pavimento de asfalto.

E, ao mesmo tempo em que a Cidade se expande, há mais lugares para fazer zeladoria e há um envelhecimento maior daquilo que sobra. Essa é a realidade que vivemos ali.

Por exemplo, tenho 500 toneladas de massa asfáltica ao mês, que corresponde a quatro caminhões por dia, em média, de massa asfáltica. Com o novo sistema de tapa-buraco, que acho que melhorou muito do ponto de vista da aplicação, porém, reduziu a capacidade de buracos para tampar, equivalente de seis a oito buracos por caminhão. Se multiplicar por quatro caminhões, dá mais ou menos 32 caminhões por dia, no máximo uns 40. E se vermos a quantidade de buracos que há na região, não é suficiente. Às vezes, o caminhão começa a tapar buraco numa rua, passa o dia e continuam os buracos.

A médio e longo prazo, isso terá efeito. Em curto prazo, é um caos. O ideal seria que houvesse de 1,5 mil a 2 mil toneladas ao mês. Então teria que triplicar o meu orçamento previsto.

Tenho as equipes de conservação de logradouros. Talvez pudesse aumentar uma, ou duas, em 50% as minhas equipes de conservação de galeria mais para o fim do ano.

Acho que o orçamento pode melhorar um pouco. Há uma parte do orçamento, que é o custeio: é aquilo que temos de gastar ao longo do ano nos serviços continuados, nos funcionários, nos serviços administrativos. E outra parte do orçamento são os investimentos, que, em geral, são congelados no começo do ano; e, na maioria dos casos, agregam-se em investimentos as emendas.

Em relação às emendas, não temos o que reclamar, porque chegamos a ter mais de 5 milhões de emendas este ano, das quais boa parte já foi aprovada. Mas emenda parlamentar é para fazer tal coisa em tal lugar, não há flexibilidade.

Portanto, o que mais nos aflige no M'Boi são as áreas de risco. É uma dotação do gabinete do Secretário de Subprefeituras. Já foram liberados, desde o exercício passado e deste exercício, R\$ 3,8 milhões para duas obras muito importantes de contenção. Há mais quatro ou cinco obras de grande importância que precisam ser feitas.

Sobre a melhoria de bairros, no exercício passado, fizemos a reforma de 14 escadarias, que foram construídas ao longo do tempo. Para terem uma ideia, há escada que

começa na guia e termina na outra guia, então, às vezes, o pedestre está andando pela calçada e tropeça na escada. As escadas não têm corrimão, os degraus são irregulares. Então teria de haver um programa de recuperação das escadarias pela natureza de relevo da região.

Também há a necessidade de recapeamento de algumas ruas em áreas preservadas, que não tem mais jeito, teríamos de avançar.

Como a região tem muita água, muito esgoto clandestino, muitas nascentes, as sarjetas estão muito danificadas e isso acarreta o aumento do número de buracos. Precisamos de um programa de recuperação específica de sarjetas e sarjetões, não com as equipes de manutenção, mas com um recurso que possamos contratar num planejamento a longo prazo.

Basicamente é isso, mas implica no limite de verba. Se eu tivesse que escolher, em primeiro lugar, seriam as áreas de risco; em segundo lugar, os problemas de acessibilidade das escadarias. Mas o orçamento é limitado, é curto, e sofremos porque ele prioriza ações de médio prazo.

Um último detalhe, um problema muito difícil na região, é o lixo, porque como em boa parte das comunidades não há acesso dos caminhões as pessoas são obrigada a concentrar o seu lixo doméstico cotidianamente em algum ponto. Mas aquele lixo, em grande volume, causa uma má impressão. E como os caminhões têm uma frequência de três dias por semana não é suficiente para aquela demanda de lixo. Provavelmente foram direcionados para a demanda de lixo que está na rua, sem levar em conta que atrás daquela rua há toda uma área ocupada que gera esse lixo. Isso já vem sendo conversado com a Secretaria de Serviços, pois é um problema contratual que precisa ser resolvido.

Agregado a esse lixo, há muito entulho, pois é uma região onde se constrói o tempo todo, há autoconstrução da população. Isso é mais um agravante, porém, mais fácil de ser resolvido do que o problema da recuperação dessa infraestrutura.

Também a questão do programa de mananciais, que é responsável por grande parte dos planos de reurbanização a área e que está fora da alcada da Subprefeitura. Na

região, grandes obras estão sendo realizadas pela Administração, como o caso da ponte baixa, canalização e a condução do viário; na área da saúde, duas redes Hora Certa foram inauguradas; e a requalificação do corredor do M'Boi Mirim, que trouxe um grande avanço no sentido da melhoria do pavimento e da acessibilidade dos passeios; e a ponte do rio M'Boi Mirim, a primeira fase da duplicação da estrada do M'Boi, que trouxe um alívio enorme, junto com outras medidas como a faixa reversível, para o trânsito da M'Boi, que antes dessas intervenções as pessoas transitavam a pé do Jardim Ângela até o final, e hoje não vão mais a pé. Então, acho que grandes coisas já foram feitas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado ao Sr. Márcio Luiz da Costa que relatou a situação do território com lucidez e objetividade, fundamental para as decisões que vamos tomar.

Tem a palavra o Subprefeito da Cidade Ademar, que deve receber no próximo período um volume de 193 prédios no tão falado Parque dos Búfalos, que foi uma disputa nesta Casa, portanto terá mais, pelo menos, umas 15 ou 20 mil pessoas para atender. Vamos ver se o orçamento do ano que vem e os próximos darão cabo das tarefas que o senhor já tem e mais essas que virão.

O SR. FRANCISCO LO PRETE FILHO – Como os outros Subprefeitos, também não me alongarei. Acho que não é o objetivo falar de tudo o que o governo fez na nossa região, mas caso os senhores queiram que eu entre em detalhe, posteriormente, para esclarecimento, eu falarei, porque a questão aqui é sobre o orçamento.

Agradeço aos demais Srs. Vereadores que mandaram um orçamento um pouco melhor para nós no ano passado. Já estou na administração da Cidade Ademar já há algum tempo, desde 2009, e o que posso dizer é que estamos reduzindo gradualmente todos os contratos administrativos. Todo ano, há redução de carros, veículos para fazer a fiscalização, porque na verdade existe inflação em todos os lugares, menos na Prefeitura. E na

Subprefeitura, o orçamento é sempre menor.

E o orçamento que os senhores mandaram no ano passado seria até que satisfatório se tivesse vindo plenamente. Recebemos uma verba de R\$ 40,9 milhões, porém, desses, R\$ 12,8 milhões continuam congelados até hoje. Então, de fato, só tenho R\$ 27 milhões para executar as ações que necessitamos, o que gera uma dificuldade muito grande.

Então acho que vale a pena pedir aos senhores, que têm o poder de interceder por nós na Prefeitura.

Mas, de repente, se S.Exa. atendesse o Orçamento proposto pelos senhores, para nós, estaria ótimo. Voltando. Darei um exemplo. Hoje, a quantidade de tapa-buraco disponível é de 600 toneladas, o ideal seria de mil. Quanto à locação de máquinas, temos lá duas retro e uma pá-carregadeira, o ideal seria dobrar essa quantidade: ter três caminhões em vez de dois.

Com relação à equipe de logradouros, houve uma redução agora para o fim do ano, porém, logicamente, dá para fazer o mínimo.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Explique para quem está nos assistindo o que é equipe de logradouros, senão vão pensar que é um palavrão.

O SR. FRANCISCO LO PRETE FILHO - Certo. Equipe de logradouros é aquela que cuida da rua, a que faz guia e sarjeta. Se precisar que seja feito um muro, é essa equipe que faz, ela é da rua para cima. Há a equipe de galerias, que fazem da rua para baixo. Ela faz as pequenas drenagens e manutenções nas pequenas drenagens. Também o ideal seria de duas equipes para quatro. O nosso ideal seria ter quatro equipes de logradouro e quatro de galerias. Com relação à questão das jardinagens, o ideal seria termos quatro equipes, mas hoje dispomos de duas.

Por que digo isso? Vocês perguntam: mas as coisas estão acontecendo? Sim, mas poderia ser melhor. Hoje temos feito o emergencial e um mínimo de planejamento. Precisamos ter condições de fazer o planejamento. Logicamente se considerarmos a Vila Mariana, que é muito mais arborizada que a região de Cidade Ademar, que de todas as Subprefeituras é a

menos arborizada, infelizmente, teríamos maior necessidade. Vocês têm seis e, às vezes, é pouco. Para nós, quatro seriam suficientes. Seria o ideal, não é suficiente.

Em suma, elaboramos esse documento e, de repente, se a Câmara quiser uma cópia disso, poderemos deixar aqui. O ideal seria 43 milhões não congelados. De 27 milhões, sendo que vocês mandaram 40 e 12 ficaram congelados, gostaríamos de contar com 43 milhões para poder deixar a Cidade Ademar em ordem, como a população merece.

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem. Agradeço ao Sr. Francisco, que é também funcionário de carreira, não é? O senhor era Engenheiro da Prefeitura, há um bom tempo e está sempre presente, assim como o Ganem, também sempre presente. Agradeço a essa turma de Engenheiros que ajuda tanto a Cidade avançar, com todas as dificuldades que temos. Não vamos esconder as dificuldades, mas também vamos mostrar que há gente com muita responsabilidade e com muita dedicação, senão fica parecendo que nós não queremos dar as respostas.

O Sr. Ganem falava a respeito de um problema que soube há dez ou quinze dias, da dificuldade que há relativa à fornecedora de blocos, hoje. Tem mostrado uma dificuldade muito grande de entregar aquilo que se comprometeu por contrato. Digo isso para que todo mundo entenda que muitas vezes a Administração tem seus contratos, espera que o fornecedor entregue no tempo e com qualidade, mas tem produto que se recebe que não dá para aproveitar, tem de devolver. Há tempo que se estabelece para entrega que não é cumprido. Então, talvez passemos, neste momento de crise mais aguda, as maiores dificuldades para receber materiais que foram licitados há tempos anteriores, inclusive no preço em que foi licitado.

Por isso devemos estar muito atentos a esses contratos. Não receber material sem qualidade e não perder a perspectiva de fiscalizar de maneira muito efetiva o bom uso do recurso público. Essa talvez seja a nossa principal função para ter o respeito e a confiança da

sociedade.

Vou passar a palavra à última Subprefeitura, a Capela. Os Srs. Ricardo e Emilia representam a Subprefeitura de Capela do Socorro. Para quem nos acompanha, estamos com quatro Subprefeituras, todas na zona Sul, todas com ocupação populacional intensa, parte dela recente. Todas elas com problemas sérios de saneamento, seja de drenagem ou de saneamento ambiental. Algumas com acentuados declive e acente, portanto, áreas intensas de risco e um desafio grande para os Srs. Subprefeitos que estão aqui.

Tem a palavra o Sr. Ricardo.

O SR. RICARDO – Boa tarde ao público, aos Srs. Vereadores à Mesa.

Sou chefe de gabinete da Subprefeitura da Capela do Socorro há um mês. Nosso subprefeito não pôde vir, e pede desculpas. Nesse momento, ele está sendo submetido a uma cirurgia na boca.

Sou nascido na região, então não tenho grande dificuldade de visualizar e dizer dos problemas dessa região que eu vi crescer. Estamos entre duas represas – entre a empresa Guarapiranga e a Billings. Uma área rural imensa, que no passado era produtora de alimentos. Eu me lembro, desde crianças, dos caminhões que passavam para a Cooperativa de Cotia logo de manhã. A região foi colonizada principalmente por alemães, japoneses. Os sítios eram notadamente dos imigrantes japoneses e alemães.

Hoje não temos mais essa imensidão de produção de alimentos. Isso foi substituído por ocupações que, ao longo de décadas, foram ocupando. A cidade está crescendo para o sul, para a região sul. Lá é uma área de proteção ambiental, necessária, exatamente porque, salvo engano da minha parte, seria a maior produtora de água para a cidade de São Paulo.

Hoje vivemos uma crise hídrica; tivemos uma seca prolongada, que parece que está acabando. Mas, mesmo assim, se não nos preocuparmos com a preservação ambiental, e deixarmos uma região tão nobre do ponto de vista de produção de águas, perecer, nós vamos inviabilizar a nossa cidade do ponto de vista do abastecimento de água, até porque, sem água,

fica difícil sobreviver. Teríamos que buscar água cada vez mais longe a um custo muito maior.

Evidentemente, quando se fala de orçamento, nós temos o binômio possibilidade-necessidade.

As nossas necessidades são sempre maiores que a possibilidade. Sempre pedimos algo mais do que recebemos. A Câmara Municipal tem nos ajudado bastante; nos deu uma folga orçamentária, no final do ano, que nos ajuda, com essa economia que foi feita pela Câmara Municipal e repassada para as subprefeituras. Com isso, conseguimos contratar mais equipes de tapa-buraco, de poda e áreas ajardinadas. Não temos equipe de logradouros – no ano que vem deveremos ter, mas neste ano não tivemos nenhuma equipe.

Não temos grandes problemas com árvores caídas na região, porque a área mais urbanizada é na região do Jardim Suzana, Veleiros, Socorro e Interlagos.

A maior parte da população, a imensa quantidade de pessoas, está exatamente na região do Grajaú, que é área de mananciais. E quanto mais gente ocupa, novos problemas aparecem.

Também temos muitos problemas com o esgoto da região, que vai direto para a represa. É lamentável. Mas isso contribui muito para o desabastecimento. Porque mesmo a represa Guarapiranga, da qual é captada a água pela Sabesp, também está poluída, comprometida, tanto na área da Capela quanto na área da M'Boi Mirim, porque não tem tratamento total do esgoto coletado, quando é coletado. E na Billings temos o problema do rio Pinheiros, que acaba comprometendo.

A nossa necessidade é sempre maior. Este ano nós tivemos que usar muito da imaginação com os nossos parceiros. Tivemos que fazer algumas obras de risco em várias áreas. Temos avenidas rurais, onde é proibido de se fazer o asfaltamento tradicional.

Estamos desenvolvendo um projeto na nossa área de engenharia para tentar um convênio com o governo do estado para que se coloque um asfalto que seja permitido. Estamos desenvolvendo esse projeto.

Cerca de 40% do nosso orçamento é comprometido com a folha de pagamento, e tivemos acréscimo com as várias emendas parlamentares. Não sei as outras subprefeituras, mas eu acho que nós somos privilegiados nesse sentido. E estamos executando.

Então outra dificuldade que temos é com funcionários. Praticamente metade dos funcionários da subprefeitura está se aposentando. E isso é um problema que a cidade vai ter que enfrentar no futuro próximo. Os funcionários públicos estão envelhecendo e se aposentando.

Agora, lá na região, os projetos habitacionais que estão sendo desenvolvidos, que não passam pela subprefeitura, no âmbito de Sehab e alguns projetos que são de empresas com demanda para a Prefeitura, estão sendo desenvolvidos.

Muitas escolas estão sendo construídas na região. Algumas já praticamente prontas, outras se iniciando e outras ainda esperando a ordem de serviço. Posso falar isso com certa tranquilidade, porque cada emissão de posse que foi feita em 2013-2014 na região fui eu que fiz, junto com a Oficial de Justiça da Fazenda Pública. Então tem muita escola sendo construída. Uma escola de abril já está praticamente pronta. É ali na nossa rua mesmo, na Rua Alice de Souza Lima.

Então, em linhas gerais, os nossos problemas são muito parecidos com os da M'Boi Mirim. Temos uma população muito pobre, temos falta de saneamento básico, temos falta de esgoto, temos uma população carente de moradia, de saúde, que tudo precisa.

Fizemos as melhorias na Belmira Marin, por meio da Secretaria de Transportes. Para quem não é da região, imagina o caos instalado. Você, para sair do Cocaia até o Grajaú, demorava mais de uma hora para chegar, de ônibus, e hoje você demora 15-20 minutos. Então melhorou muito nesse aspecto. Evidentemente, quanto mais se faz, mais se quer e mais se pede. É da natureza humana.

Essas são as minhas considerações, dentro dos meus limites.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Com a autorização dos meus colegas Vereadores, vamos inverter a exposição, permitindo a manifestação do Fábio Siqueira, do Laerte Brasil e da Alda Maria. Depois da fala de vocês, do pronunciamento, passaremos a palavra aos Vereadores.

Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira, por três minutos regimentais.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Obrigado, Police. Saúdo novamente os Vereadores Aurélio e Jair, assim como os representantes dessas quatro subprefeituras presentes ao debate e suas respectivas equipes.

Quanto a Parelheiros, só podemos lamentar, não é, dona Alda? Ausência. Parelheiros é uma subprefeitura muito importante, e acho que tem que marcar uma nova, porque não pode deixar passar.

Aliás, a Subprefeitura de Parelheiros tem uma dotação muito curiosa, uma verba para polos de ecoturismo e vias rurais de terra, que deveria ter em Capela também, porque Capela também tem questão rural e ruas de terra. Então acho que essa verba, apesar de pequena, é importante passar para as outras subprefeituras que têm.

E também Parelheiros, a questão de ter apenas um milhão de reais para 1169 também é bastante complicado, porque a acessibilidade em passeios públicos, a única subprefeitura que foi contemplada com mil reais é Parelheiros, sendo que Campo Limpo é 532 mil reais. Então acho que Parelheiros está sendo muito prejudicada em relação a acessibilidade.

E na questão das subprefeituras aqui presentes, queria lamentar Capela do Socorro duplamente, porque o orçamento aprovado por essa Casa no ano de 2015, 54.7 milhões. Para 2016 a região perde 22 milhões, está no orçamento 35.5 milhões. Claro, vão vir emendas, tudo mais, mesmo assim há um rombo de 22 milhões, e não é normal uma coisa dessas para uma região tão carente como Grajaú, Cocaia, Xangrilá e bairros bastante carentes. Então parece que o Prefeito não está querendo muita coisa com a Subprefeitura de Capela do Socorro.

Como também, com tristeza, lamento informar que Capela foi a segunda pior execução até 30 de setembro, com apenas 35,8%, considerando o orçamento global, porque acho que realmente a conta tem que ser considerada globalmente. Então realmente poderia se executar mais nesses nove meses e não foi executado. Mais uma vez a população está sofrendo.

Em relação a Cidade Ademar, também ressalto que a verba para drenagem, apenas quatro milhões, parece bastante insuficiente, sendo que Campo Limpo tem 11 milhões e meio. Então para drenagem em Cidade Ademar e Pedreira precisa ampliar. Como também para o Conselho Participativo Cidade Ademar/Pedreira. Eu estive lá no ano de 2013, e só seis mil reais, quer dizer, é muito pouco comparado, por exemplo, a Campo Limpo, que é 37 mil reais, ou seja, uma região recebe seis vezes mais e outra seis vezes menos na mesma dotação. Realmente é complicada essa questão.

Também queria comentar na questão das demais outras subprefeituras, como Campo Limpo e M'Boi Mirim, questão da habitação. É lamentável o que está sendo feito nesses três anos em relação ao Programa Mananciais e regulação fundiária. A cada dia vem se perdendo verba, vem passando para outra área. Então habitação é um desastre da gestão Fernando Haddad na questão da moradia.

Eu vejo um monte de demandas aqui no Plano de Metas, Plano Plurianual e não serão executadas. Só para dar um exemplo, a questão de construção das unidades, das 55 mil moradias. Cidade Ademar estaria previsto 4 mil unidades, Campo Limpo 3.500, M'Boi Mirim 500 unidades, mas ainda tem a de mananciais, quer dizer, acho que na reunião de habitação que será, se não me engano na quarta-feira que vem, muita coisa será levantada, porque é um escândalo que acontece isso. O Secretário realmente não está fazendo quase nada ou nada mesmo. Então muitas coisas serão levantadas sobre essa questão.

Era isso e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – A reunião a que você se referiu será na

próxima quinta-feira.

A gente agradece as informações precisas que o Fábio Siqueira sempre nos traz, nos orientando muito nesse debate. O Laerte Brasil agora também terá o uso da palavra por três minutos regimentais e a última que fará o uso da palavra será a Alda Maria.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente da Confederação Sustentabilidade do Trabalho e Empreendedorismo de São Paulo, a cidade de São Paulo, com 12 milhões de habitantes, desse total apenas 9,3% vivem em área rural e o restante em área urbana, tem um orçamento, tem um PIB anual de 436 bilhões de reais, uma renda per capita de 38.6 do seu orçamento, contribui com quase 40% do orçamento do PIB paulista e 13% do PIB nacional. É uma metrópole cosmopolita, mas injusta, porque hoje um milhão e 200 mil pessoas, famílias, correspondendo a um número de 425 mil pessoas moram em favelas, cortiços, áreas de risco, mananciais e outras ocupações irregulares. Isso é um verdadeiro absurdo porque os números correspondem às populações de Brasília, Minas e Salvador.

Foi nessa visão de investigações que nós fomos a 41 audiências públicas da Lei de Zoneamento nós defendemos a reurbanização, além disso a outorga de título de propriedade para essas famílias e também ficou marcado na Lei de Zoneamento foram as cotas ambientais que nós apresentamos, porque isso, sem dúvida nenhuma, vai servir de exemplo para outras cidades do País.

Mas voltando para o orçamento isso é um absurdo. A cidade de São Paulo precisa de três bilhões de reais para ser distribuídos de igual para igual para cada subprefeitura. O corte vai representar um verdadeiro retrocesso das ações de políticas públicas da sociedade paulistana e na Cidade Ademar, em várias audiências públicas ali, a gente defendeu no Parque dos Búfalos, 35% do território, que chega a 850 mil metros quadrados, a destinação de habitações de interesse social e o restante a construção de um parque, inclusive com equipamentos de áreas esportivas, creche e outras ações de lazer para os munícipes da Cidade Ademar.

Santo Amaro não está presente. A gente tinha várias ações aqui para perguntar, inclusive nós apresentamos a tese do terreno Jorge Pudre(?), da construção de um CEU e a construção de um centro olímpico de excelência para a região. Foi para o orçamento, para dotação, mas não está sendo executado. Mas o subprefeito não está aqui e não vou avançar na pergunta.

No demais é isso aí. Eu vou encerrar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Sr. Laerte Brasil. As suas considerações também serão trabalhadas.

Tem a palavra a Alda Maria, e com ela se encerra a participação da sociedade que veio a esta audiência pública aqui na Câmara, lembrando que temos também os canais digitais. A Câmara agora tem um hotsite que trata exclusivamente do orçamento e lá é possível postar para os 55 Vereadores as propostas de alteração no orçamento de 2016.

A SRA. ALDA MARIA – Bom dia a todos. Bom dia Vereadores. Eu conheço o Bairro Vargem Grande – vou falar um pouco do Vargem Grande porque eu moro lá – que tem 26 anos, é um bairro que não tem estrutura, não tem prédios, são casa, é um bairro de mananciais, sem estrutura. Tudo bem. Eu conheço o bairro há 17 anos, moro lá há nove anos. Há 12 anos que a gente está sofrendo com a falta do asfalto e não tem condições de como está agora lá: se chove é um rio de lama. Eu quero pedir para os Vereadores, estou farta de vir aqui na Câmara, estou pedindo porque não tem estrutura, não tem médico na UBS. Falam: “Eu construí um hospital”, mas não tem médico, não tem remédio e fica e vai passando meses e anos. Os idosos e as crianças são os que mais sofrem quando chove, não dá para andar, é um rio de lama. Isso que eu queria colocar, queria pedir para o subprefeito, ele nem está, ele falou para nós ontem que ele vinha, mas ele não está aqui. Tudo bem. Mas eu quero saber como vai ficar, há 12 anos que estou pedindo isso. Não tem asfalto. Até quando vai ficar assim? Vamos sair do papel. (Palmas)

O SR PRESIDENTE (José Police Neto) – Concluída a participação, passo

imediatamente a palavra ao relator, Vereador Jair Tatto, que responde pela Secretaria de Coordenação e as 32 subprefeituras.

O SR. JAIR TATTO – Agradeço a última rodada da presença, faltaram cinco, provavelmente o Presidente vai propor que nós os convidemos para virem na próxima rodada e lamentar as ausências, que não vieram e não mandaram representantes. Eu entendo que cada sub sabe da sua necessidade, onde a árvore é o maior problema, até porque vocês mandam a previsão, a necessidade orçamentária. Então esse diagnóstico é feito naturalmente.

Eu falo isso porque tenho falado desde o primeiro momento, quando me deram essa tarefa, tanto quando eu fui relator da LDO, como agora na tarefa de sub relator das subs e da secretaria de que nos tínhamos que ter um critério.

Esses dias eu estava falando com os Vereadores Alfredinho e Arselino Tatto, e falei: Parelheiros, você prefere o critério de população ou de geografia? O Vereador Alfredinho falou: “Eu acho que é do tamanho da área”. Mas eu falei: espera um pouquinho. Ele disse: “Talvez população”, mas ele pensou de novo e falou: “Parelheiros então é o tamanho da área”. Então talvez, quem sabe, a gente estabelece peso um para uma situação, peso dois para uma determinada situação e peso três, uma vez que M’Boi Mirim é a região que mais precisa de dinheiro para área de risco, está muito claro isso há muitos anos, que Pinheiros precisa de mais recursos para poda de árvores. Então percebo que a necessidade mesmo é injetar dinheiro. Eu fiz aqui uma conta muito simples, nós precisamos de 300 milhões para empatar. Eu digo 300 porque eu não vou falar de emenda parlamentar, porque fica a critério. O Vereador atua naquela região e enfia um monte de dinheiro lá. Eu, por exemplo, sou um Vereador da Cidade, tirando Capela, Parelheiros, Grajaú, eu sou da Cidade, então um pouquinho cada um, ninguém é privilegiado comigo. Agora, eu não aceito orçamento misturado com emenda, com suplemento, com dinheiro que nós nos esforçamos muito para ir da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Está aí o nosso relator, lei é lei e é para ser cumprida, custa a quem custar.

O SR. JAIR TATTO – Eu não posso usar esse critério, porque, caso contrário, uma cidade que não tem Vereador sai no prejuízo. Isso é coisa do critério que nós precisamos aí definitivamente. Eu faço esse cálculo, Vereador Aurélio Nomura, corrigindo a inflação, a diferença do que foi aprovado e o que foi proposto, da uns 300 milhões, mas o valor considerado o que foi orçado, dá 425 milhões a diferença para ficar igual, para ficar do mesmo tamanho. Essa secretaria é a mais importante do ponto de vista do acompanhamento da população, do acompanhamento do gestor público, para esse fim. A saúde é mais importante, a educação é mais importante, mas a Prefeitura, a zeladoria de uma cidade, o cuidar da cidade, porque aí é conceito de prefeitos. Tem prefeitos que entendem que é construir e construir, eu conheço que os prefeitos que falaram: “Eu vou cuidar da cidade primeiro como ela é” foram bem sucedidos na vida. Então são experiências que a gente conhece. É muito simples, tem que tirar de algum lugar. Nós estamos fazendo um grande debate aqui de onde tira, porque estou há três anos aqui aprendendo um pouquinho, mas é simples, você para por aqui precisa tirar dali. É só isso.

A outra coisa que eu quero debater com V.Exas. Essa fonte 02... Eu vou deixar aqui o nosso Presidente e o relator felizes... Ela é ilusão de ótica.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – O que é mesmo?

O SR. JAIR TATTO – Ilusão de ótica.

P – Ilusão de ótica?

R – Ilusão de ótica.

P – Eu vou recomendar ao Sr. Prefeito ao oftalmologista.

R – Mas o Sr. Prefeito não é culpado disso.

P – Como não? É S.Exa. que põe. Quem manda o projeto para cá? Sou eu que mando o projeto para cá?

R – Não, mas S.Exa. não tem culpa porque S.Exa. não recebe.

P – S.Exa. tem culpa de planejar o que S.Exa. sabe que não vai receber. Só falta

eu ser o responsável pela projeção não factível...

R – Não se pode projetar oito bilhões e não chega.

P – Está bom. Então, não é ilusão de ótica. É erro.

R – Mas é a opinião de S.Exa. que deve colocar, e para dizer também: “Olha, não aconteceu conforme o previsto”. Então, na justificativa de que o plano de metas não foi cumprido, S.Exa. tem todo esse direito.

P – Mas não tenha dúvida. Jogar a culpa nos outros.

R – Mas eu também proponho que não ponham no plano de metas também os oito bilhões. Calma. É simples. Entendeu, nobre Vereador, entendedor?

P – Para mim, planejamento é dado e informação produzindo conhecimento, que gera planejamento.

R – Muito bem. Eu não coloco...

P – Não cabe aí enganar, não cabe projetar algo que não acontecerá; e previamente eu sei, nós sabemos hoje que o Governo Federal não terá os recursos para transferir para os municípios.

R – Veja bem, eu também não ponho o plano de metas.

P – Mas quem colocou, no plano de metas, é o mesmo que continua mantendo algo que não será realizado. “Portanto, é melhor enganar todo mundo do que ser verdadeiro com todo mundo”.

R – A gente tira aí cinco, seis ou até oito bilhões. Também tira do plano de metas.

- Manifestações fora do microfone.

R – Não é que tira. Não teria colocado.

P – O Sr. Prefeito vetou o dispositivo na Lei Orgânica, no dispositivo na Lei de Diretrizes Orçamentárias...

R – LDO.

P – Que determinava a S.Exa... A lei ia determinar a S.Exa. fazer isso.

R – Muito bem.

P – Foi aprovado, por minha sugestão e de outros Vereadores que o Sr. Prefeito fizesse todo o realinhamento de metas a partir da frustração de receita. O que o Sr. Prefeito fez? Parece-me que S.Exa. quer ter as oportunidades de enganar a população, porque se S.Exa. veta até aquilo que é para corrigir e dá explicação porque não pode ter tal despesa, porque não tem tal receita, parece-me que é S.Exa. que está disposto, S.Exa. ou o Sr. Secretário de Finanças a continuar contando uma coisa à sociedade que não acontecerá; mas tudo bem. A gente deu esse elemento a S.Exa. V.Exa. projetou.

R – Eu vejo esta gestão com uma responsabilidade extremamente correta com relação às finanças públicas. É o Secretário de Finanças que se faz presente aqui praticamente todos os meses. S.Exas. agem com muita coerência e responsabilidade com as finanças públicas do município.

P – Acabei de receber um recado do Sr. Líder do Governo, dizendo que não é ilusão não. Então, não há esse negócio de ilusão. Seu irmão, nobre Vereador Arselino Tatto, que acabou de mandar uma mensagem para mim. Está nos acompanhando e dizendo assim: “Não é ilusão, não”.

R – Está bom. Brincadeiras à parte, eu queria dizer para V.Exas. o seguinte: “Nós precisamos lutar para definitivamente e é tese deste sub-relator uma coisa chamada inversão de prioridades. A gente tem que tomar muito cuidado, porque também, na hora que eu falei inversão de prioridades, eu também volto a dizer que lá, em Pinheiros, não tem que tirar dinheiro do que é o essencial, a zeladoria, a poda de árvores; mas definitivamente nós precisamos colocar mais dinheiro, descentralizar... A Secretaria de Subprefeituras está tendo um aumento significativo no orçamento, enquanto as subprefeituras estão tendo uma redução significativa. Isso é uma coisa que nós precisamos fazer.

Estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio

Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sr. Presidente, eu gostaria de voltar àquela questão, que o orçamento das 32 subprefeituras caiu de 1,4 bilhão, neste ano, em 2015, para 1,1 bilhão na proposta de 2006(?), uma redução de 21,6%; mas uma coisa que me chama atenção é que, ao mesmo tempo, que se reduzem recursos aqui das subprefeituras, é indicado que vai, na peça orçamentária, haver um aumento de 65% nos serviços públicos.

Ele vai de 320 milhões, de 2015, para 530 milhões, em 2016. Alguma coisa está acontecendo, eu não estou entendendo.

Analisando esse debate com relação à fonte 00 e à fonte 02, verificamos - volto a falar - que o Orçamento previsto em 2015 previa o equivalente a 4,83 bilhões mais, diga-se, até 14 de outubro, em que foi arrecadado apenas 462 milhões, ou seja, 9,8%. Então, eu pergunto, já estamos há muito tempo, há três anos, sem quase não receber recursos federais. Vamos continuar recebendo? Isso é um absurdo, principalmente sabendo da crise que enfrenta o Governo Federal.

Verificamos também que, infelizmente, nos projetos e principalmente nas áreas aqui apresentadas com relação ao monitoramento de operação e emergências da cidade, em 2015, tivemos baixa execução. Foram executados menos de 70% previstos. No projeto de intervenção, urbanização e melhoria de bairros, planos de obras das subprefeituras, em 2015, para vocês também terem uma ideia, estavam previstos 18,5 milhões. Mas, apenas 1,8 milhão foi liquidado, o que nos deixa realmente estarrecido.

Os recursos para as subprefeituras já estavam aquém da necessidade e não estão sendo executados, infelizmente, por essa Administração. E sabemos que, para o ano que vem, se não houver uma ação incisiva da Câmara Municipal – acredito que o Vereador Jair Tatto já tenha se conscientizado de repor, pelo menos, o retirado em torno de 300 milhões, tentando manter o mesmo Orçamento de 2015 –, será um fracasso. As subprefeituras de São Paulo irão fechar as suas portas.

Era o que eu queria dizer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem. Antes de passar a palavra para as considerações finais dos subprefeitos farei uma brevíssima abordagem, que é um elogio muito objetivo ao Prefeito Haddad. O Prefeito Haddad conseguiu construir um Orçamento para o ano de 2016, que produz receitas que não tivemos nos últimos 20 anos.

A renegociação da dívida do Município e a coragem que o Sr. Prefeito teve, muito pela pressão do PMDB, porque o Prefeito do Rio ingressou com uma ação judicial para garantir a execução da legislação aprovada pelo Senado este ano, dá ao Município de São Paulo, esse ano, próximo de 1,1 bilhão de reais em depósitos judiciais, que estarão disponíveis o ano que vem; mais 1,2 ou 1,3 bilhão de reais, que se referem ao não pagamento de parte dessa dívida renegociada.

Então, temos próximos de 2,5 bilhões que nascem de um processo de renegociação da dívida que, é verdade, não é só de responsabilidade do Prefeito Haddad, mas também dos Prefeitos Cassab, Serra e Marta, todos eles caminharam para parte disso. Mas, o Senado acabou aprovando no período da gestão aqui em São Paulo do Prefeito Haddad. Precisamos reconhecer o esforço que o Prefeito Fernando Haddad fez para construir esse recurso.

Também produz um recurso novo o ano que vem, que eu quero contar para os subprefeitos. Há uma expectativa no Orçamento de quase 1,5 bilhão de receitas advindas das operações urbanas, que não chegam ao território de nenhum de vocês. Elas ficam na Faria Lima e, portanto, no eixo da Faria Lima, Água Espaíada e, portanto, não chega ao território de vocês, região Centro e Água Branca.

Então, quando você olha o desenho desse 1,5 bilhão adicional, ele não chega ao território de vocês e, portanto, só é investido nesses territórios centrais. Quando a gente olha a distribuição da Subprefeitura, ela não leva em conta esses recursos de Operações Urbanas que não chegam a vocês. Portanto, o trabalho que tem de ser feito pelo Vereador Jair Tatto é

também de observar os recursos que drenam a região Central via Operações Urbanas e jamais chegaram ao território de vocês, senão a gente não é justo nesse processo.

O que mais me preocupa neste momento é o quanto as Subprefeituras têm de buscar esses 2,5 bilhões adicionais que não têm no orçamento deste ano e não estiveram no orçamento dos últimos 20 anos, que é o que deixaremos de pagar da dívida no ano que vem e o que está em depósitos judiciais este ano.

Não me parece que o orçamento das Subprefeituras acabou por contemplá-los em um momento em que você tem um dinheiro novo. É muito injusto, no momento em que se tem um recurso novo, não leva-los às Subprefeituras que mais precisam e que foi relatado com vocês.

Quero crer que o Prefeito não teve a oportunidade de avaliar com profundidade essa distorção produzida no nosso orçamento, quero crer que os técnicos da Secretaria de Finanças não escutaram estes relatos de vocês como nós escutamos nos últimos 10, 12, 30 anos, mas quero me colocar à disposição junto com a Comissão e com o relator para que façamos essa correção.

É absolutamente fundamental que uma parte gigantesca desses 2,5 bilhões sejam colocados naquilo que as Subprefeituras demandam. Portanto, eu não vou exigir da Subprefeitura da Vila Mariana ação de risco onde não há risco. Portanto, é ela que vai determinar o acréscimo e equipes de poda porque é esse o conflito que tem, ou mais tapaburaco ou mais áreas verdes, que é diferente da necessidade que se tem em uma Subprefeitura para ela ter a liberdade.

Sabemos muito bem que os recursos das emendas chegam às Subprefeituras. Só que os recursos das emendas chegam para aquilo que o parlamentar construiu de demanda. Portanto, não é nem justo com ele exigir que ele acabe por financiar aquilo que o Executivo não cabe ofertar. Escutar que a Capela não tem equipe de logradouro é uma temeridade para vocês inclusive que estão na gestão local. Imaginar que uma região gigantesca como aquela

não tem equipe de logradouro que é fundamental para as pequenas intervenções. Há um recurso no orçamento que deve ser trabalhado de maneira muito efetiva pelos Parlamentares e a gente segue a ordem inversa.

Tem a palavra para as considerações finais.

O SR. ANTONIO DIAS BARROSO - Obrigado, Vereador Police.

Nas minhas considerações finais, como chefe de gabinete, não respondo enquanto Subprefeito, que não pode estar presente porque está sendo submetido à cirurgia, é dizer que a gente torce sempre, independentemente de ideologia partidária, que as condições de vida da população melhorem, notadamente, aqueles que estão mais longe do Centro, que são os que mais precisam e é onde os recursos, quando chegam, chegam em menor proporção.

Neste Governo a ordem foi invertida. Parece-me que o olhar é mais da periferia para o Centro. Do ponto de vista pessoal, acho que isso é correto porque temos de dar àqueles que têm menos, a possibilidade de conseguir mais cidadania.

Gostei muito da audiência pública e o debate é relevante. As críticas são sempre construtivas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Peço que sejam breves porque temos de entregar o espaço para a outra comissão.

O SR. ANTONIO CARLOS GANEM – Agradeço o convite para participar desta audiência, que dá uma clareza dos fatos à população e agradecer também toda a equipe da Subprefeitura do Campo Limpo, que vem nos dando um respaldo grande e é muito competente. Confiamos muito na administração neste próximo ano e acho que vamos conseguir atender a nossa demanda com maior clareza. Muito obrigado.

O SR. NERILTON ANTONIO DO AMARAL – Muito obrigado.

Tenho umas respostas sobre a questão dos mananciais e habitação. Acho que fica para outra oportunidade. Estamos abertos lá no M'Boi Mirim para quem quiser comparecer.

Faço minhas as palavras do Ganem de uma esperança de que o próximo ano muito

mais será realizado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço todos os Subprefeitos que estiveram presentes com a gente, assim como toda a equipe. Agradeço ao Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente que nos permitiu invadir quase 15 minutos do tempo dele. Muito obrigado.

Estão encerrados os nossos trabalhos.
